

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

MAJ INF EVERTON PIMENTA REIS

**OS PRINCIPAIS ANTAGONISMOS POLÍTICOS E
ECONÔMICOS ENTRE OS PAÍSES DA REGIÃO
DO PACÍFICO E OS REFLEXOS PARA O BRASIL**



Rio de Janeiro
2019

Maj Inf **EVERTON PIMENTA REIS**

**OS PRINCIPAIS ANTAGONISMOS POLÍTICOS E
ECONÔMICOS ENTRE OS PAÍSES DA REGIÃO DO
PACÍFICO E OS REFLEXOS PARA O BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
Escola de Comando e Estado-Maior do
Exército, como requisito parcial para a
obtenção do título de Especialista em Ciências
Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Orientador: TC Inf André Luis Nascimento **Cajazeira**

Rio de Janeiro
2019

R375p Reis, Everton Pimenta.

Os principais antagonismos políticos e econômicos entre os países da região do Pacífico e os reflexos para o Brasil. / Everton Pimenta Reis. —2019.

83 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: André Luiz Nascimento Cajazeira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização Ciências Militares)—Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

Bibliografia: f. 78-83.

1. ÁSIA-PACÍFICO 2. ANTAGONISMOS 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS 4. TABULEIRO GEOPOLÍTICO I. Título.

CDD 341.12

Maj Inf **EVERTON PIMENTA REIS**

OS PRINCIPAIS ANTAGONISMOS POLÍTICOS ENTRE OS PAÍSES DA REGIÃO DO PACÍFICO E OS REFLEXOS PARA O BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Aprovado em 30 de outubro de 2019.

COMISSÃO AVALIADORA

André Luis Nascimento Cajazeira - TC Inf - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Eduardo Teixeira Costa Mattos – TC Inf - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Enio Corrêa de Souza - TC Com - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha esposa Andrea e a minha filha Ana Clara. Uma sincera homenagem pelo carinho e compreensão demonstrados durante a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, o Senhor dos Exércitos, pelo dom da vida, pela tranquilidade nos momentos difíceis e pela saúde que tem me permitido seguir estudando e aprendendo a cada dia que passa.

Ao meu orientador Tenente-Coronel Cajazeira, não só pela orientação firme e segura, como também, pelo incentivo e pela confiança evidenciada em várias oportunidades.

Aos meus pais, Everton dos Santos Reis (in memorian) e Maria Rosa Pimenta Reis, meu reconhecimento pela educação proporcionada durante toda a minha vida, que foi fundamental na realização deste trabalho, pelo carinho, amizade, pela vida e exemplo de bondade e desprendimento.

“É muito melhor arriscar coisas grandiosas, alcançar triunfos e glórias, mesmo expondo-se a derrota, do que formar fila com os pobres de espírito que nem gozam muito nem sofrem muito, porque vivem nessa penumbra cinzenta que não conhece vitória nem derrota.” (Theodore Roosevelt)

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo estudar os principais antagonismos políticos existentes na região do Pacífico, destacando o papel das distintas potências regionais e mundiais. O referido estudo foi motivado pelo atual cenário geopolítico pós-guerra fria, caracterizado por uma Nova Ordem Mundial, tendo como aspectos substanciais o aumento da relevância político-econômica da região Ásia-Pacífico. Este fato se evidencia pelo atual potencial econômico regional, tendo em vista a presença das três maiores economias mundiais (Estados Unidos da América, China e Japão, nesta ordem), que competem por mercados consumidores, recursos naturais e implantação de empresas multinacionais em países de menor expressão como os Tigres e Novos Tigres Asiáticos (Coreia do Sul, Taiwan, Filipinas, Indonésia, Tailândia e Vietnã), o que gera uma disputa por áreas de influência e distensões nas Relações Internacionais. Ademais, soma-se as questões políticas mal resolvidas como contestações de soberania em territórios insulares (China, Taiwan, Rússia e Japão) e o contencioso nuclear envolvendo Estados Unidos e Coreia do Norte. Todos os aspectos acima elencados contribuem para um aumento das tensões políticas no Pacífico, provocando uma instabilidade no tabuleiro geopolítico regional. Por meio de uma análise de livros, artigos científicos e por diversos sítios eletrônicos, buscou-se levantar essas questões, o contexto histórico e os interesses de cada ator estatal envolvido nesse entorno geoestratégico. Por fim, o trabalho procurou-se levantar os reflexos desses antagonismos nas relações internacionais, nas expressões política e econômica, em especial para o Brasil, principal país da América Latina, que possui afinidades e acordos político-econômico com tais atores.

Palavras-chave: Ásia-pacífico, antagonismos, relações internacionais, tabuleiro geopolítico.

ABSTRACT

This study aimed to study the main political antagonisms in the Pacific region, highlighting the role of the different regional and world powers. This study was motivated by the current post-Cold War geopolitical scenario, characterized by a New World Order, with substantial aspects increasing the political-economic relevance of the Asia-Pacific region. This is evidenced by the current regional economic potential, given the presence of the three largest world economies (the United States of America, China and Japan in this order), which compete for consumer markets, natural resources and the deployment of multinational companies in developing countries. (South Korea, Taiwan, Philippines, Indonesia, Thailand and Vietnam), leading to a dispute over areas of influence and strains in International Relations. In addition, the political issues that have not yet been solved include sovereignty challenges in island territories (China, Taiwan, Russia and Japan) and the nuclear dispute involving the United States and North Korea. All the aspects listed above contribute to an increase in political tensions in the Pacific, leading to instability in the regional geopolitical framework. Through an analysis of books, scientific articles and various websites, it was sought to raise these questions, the historical context and the interests of each state actor involved in this geostrategic environment. Finally, the work sought to raise the reflexes of these antagonisms in international relations, in political and economic expressions, especially for Brazil, the main country in Latin America, which has affinities and political-economic agreements with such actors.

Keywords: Asia-Pacific, antagonisms, international relations, geopolitical board, United States, China, Brazil

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa Mundi visto pelos “olhos” da China	13
FIGURA 2 – Focos de tensão na Ásia Oriental	14
FIGURA 3 – Divisão da Coreia após a 2ª Guerra Mundial	31
FIGURA 4 – Guerra das Coreias em quatro mapas	32
FIGURA 5 – Mar do Sul da China e as ZEE de cada país	40
FIGURA 6 – Área reivindicada pela China	41
FIGURA 7 – Ilhas artificiais construídas pela China nas Ilhas Spratly	42
FIGURA 8 – Ilhas Senkaku / Diaoyu	44
FIGURA 9 – Delimitação das fronteiras entre China e Japão	46
FIGURA 10 – Delimitação Zona de Identificação de Defesa Aérea chinesa	47
FIGURA 11 – Países com maior orçamento militar do mundo	48
FIGURA 12 – A MOAB, ou 'mãe de todas as bombas', faz parte do arsenal da Força Aérea dos Estados Unidos, semelhante ao protótipo chinês	50
FIGURA 13 – Itinerário da Nova Rota da Seda.	63
FIGURA 14 – O ambiente regional e entorno estratégico brasileiro: América do Sul, América Central e Costa oeste do litoral africano	69
FIGURA 15 – Parceria comercial do Brasil com a China	71
FIGURA 16 – Parceria comercial do Brasil com os EUA	71

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Ranking dos 10 países que possuem o maior PIB	13
QUADRO 2 – Orçamento militar dos países da região do Pacífico	15

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	PROBLEMA.....	16
1.2	OBJETIVOS.....	16
1.2.1	Objetivo Geral	16
1.2.2	Objetivos Específicos	16
1.3	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	17
1.4	RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	17
2	REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1	GEOPOLÍTICA DO PACÍFICO.....	18
2.2	BALANÇA DE PODER.....	19
2.3	JOGO TRIDIMENSIONAL DO PODER (HARD POWER, SOFT POWER E SMART POWER).....	21
2.4	POTÊNCIA REGIONAL.....	23
3	METODOLOGIA	24
3.1	TIPO DE PESQUISA.....	24
3.2	COLETA DE DADOS.....	25
3.3	TRATAMENTO DOS DADOS.....	25
3.4	LIMITAÇÕES DO MÉTODO.....	25
4	PRINCIPAIS FOCOS DE TENSÃO NA REGIÃO ÁSIA-PACÍFICO	25
4.1	QUESTÃO DE TAIWAN.....	26
4.2	AS RELAÇÕES ENTRE AS COREIAS DO NORTE E DO SUL.....	29
4.2.1	A Guerra da Coreia	29
4.2.2	Evolução dos acontecimentos	32
4.2.3	A distensão nas relações entre as Coreias	33
4.3	O PROGRAMA NUCLEAR NORTECOREANO.....	34
4.4	A QUESTÃO DO MAR DO SUL DA CHINA.....	38
4.4.1	Últimos acontecimentos	42
4.5	QUESTÕES TERRITORIAIS SOBRE AS ILHAS SENKAKU/DIAOYU	43
4.6	A CORRIDA ARMAMENTISTA NA REGIÃO DO PACÍFICO.....	48
4.7	CONCLUSÃO PARCIAL.....	52
5	AS RIVALIDADES POLÍTICO-ECONÔMICAS ENTRE OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E A CHINA.....	52
5.1	ANTECEDENTES.....	52
5.2	RIVALIDADES POLÍTICAS.....	56
5.3	RIVALIDADES ECONÔMICAS.....	59
5.4	CONCLUSÃO PARCIAL.....	65
6	REFLEXOS PARA O BRASIL	66
6.1	GENERALIDADES.....	66
6.2	REFLEXOS NAS EXPRESSÕES POLÍTICA E MILITAR.....	69
6.3	REFLEXOS NA EXPRESSÃO ECONÔMICA.....	70
6.4	CONCLUSÃO PARCIAL.....	73
7	CONCLUSÃO	74
	REFERÊNCIAS	78

1 INTRODUÇÃO

Com o fim da Guerra Fria, o Sistema Internacional sofreu alterações da geometria de poder, decorrente do esfacelamento da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991, e da queda do Muro de Berlim, em 1989, pondo fim a uma configuração bipolar, onde os Estados Unidos da América (EUA) e a ex-URSS foram os principais protagonistas internacionais. A partir desse ponto, surge uma Nova Ordem Mundial, caracterizada pela aparição de novos atores estatais e não-estatais, inseridos num ambiente de globalização, onde ocorre o aumento das relações econômicas e alianças políticas, gerando uma rede de interdependência entre os Estados-nação, no qual cada país busca sua projeção política e econômica em seu entorno estratégico, configurando uma ordem multipolar. No entanto, no mesmo fito desse novo cenário mundial, os EUA se mantêm como a única superpotência, capaz de projetar-se nos campos político, econômico e militar em qualquer parte do globo.

Com a Nova Ordem Mundial, a expressão multipolaridade é a mais utilizada, pois o poderio militar não é mais o critério principal a ser estabelecido para determinar a potencialidade global de um Estado Nacional, mas sim o poderio econômico. Nesse plano, novas frentes emergiram para rivalizar com os EUA, a saber: o Japão e a União Europeia (UE), em um primeiro momento, e a China em um segundo momento, sobretudo a partir do final da década de 2000. Pena ainda aborda uma outra expressão: a unimultipolaridade. Tal expressão é utilizada para designar o duplo caráter da ordem de poder global: “uni” para designar a supremacia militar e política dos EUA e “multi” para designar os múltiplos centros de poder econômico (PENNA, 2017?).

A partir da primeira década do século XXI, o mundo foi palco do surgimento de uma emergente potência no continente asiático, que disputa com outros Estados a hegemonia econômica regional e mundial: a China. Este país, na atualidade, possui o segundo maior Produto Interno Bruto mundial, ficando atrás dos EUA e na frente do Japão e dos países da UE, fazendo com que as três maiores economias ficassem localizadas na região do Pacífico, contribuindo para uma competição por áreas de influência e mudando o tabuleiro geopolítico mundial, que anteriormente se concentrava no Atlântico e agora tem seu foco no hemisfério oriental, fazendo com que alguns países observem o mapa mundi de uma nova forma.

These are the world's biggest economies
Based on data from the International Monetary Fund, 2018

Country	Value (in trillions)
1 United States	20.4
2 China	14
3 Japan	5.1
4 Germany	4.2
5 United Kingdom	2.94
6 France	2.93
7 India	2.85
8 Italy	2.18
9 Brazil	2.14
10 Canada	1.8

Source: IMF

QUADRO 1 – Ranking dos 10 países que possuem o maior PIB

O entorno da região do oceano Pacífico engloba o continente americano e asiático, tendo como principais atores estatais os EUA, única superpotência mundial; a China, uma das principais potências econômicas emergente; o Japão, principal aliado norte-americano na Ásia; a Rússia, possuidora de grandes recursos naturais e uma das maiores potências militares do mundo; os Tigres Asiáticos (Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong), que são verdadeiras plataformas de exportação e industrialização, sendo atrativos comerciais para os EUA, China, Japão e UE; e os novos Tigres Asiáticos (Malásia, Filipinas, Indonésia e Tailândia) que, segundo CHELLANEY (2006), são países que tiveram um crescimento econômico acima da média mundial.



FIGURA 1 – Mapa Mundi visto pelos “olhos” da China
Fonte: www.mapamundi.org.br

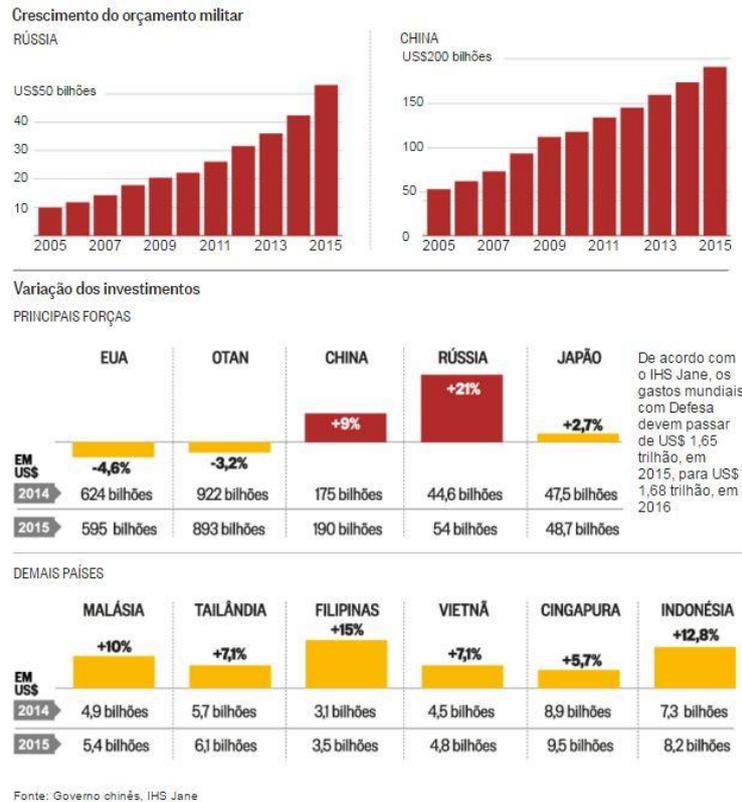
A região do Pacífico é palco de diversos antagonismos entre os Estados, oriundos de questões políticas como a luta pela soberania de Taiwan, por parte da China; a aliança entre Japão e EUA na contenção do avanço econômico chinês e o contencioso entre os EUA e a Coreia do Norte em relação a proliferação de armas nucleares do país asiático. Ademais, soma-se a contestação territorial do Mar do Sul da China entre este e as nações do sudeste asiático.



FIGURA 2 – Focos de tensão na Ásia Oriental
Fonte: www.defesaaereanaval.com.br

Tendo em vista esses contenciosos, pode-se afirmar que o centro gravitacional geopolítico e estratégico encontra-se na região Ásia-pacífico, o que leva aos países deste entorno a aumentar seus gastos militares, gerando uma corrida armamentista. Além disso, fica evidenciado nesta área os paradigmas realistas e neorrealista, que segundo Reinaldo Dias (2010) em sua obra *Relações internacionais*, os Estados são os entes principais, buscam a segurança e o equilíbrio de poder.

Ainda neste escopo, as nações com destacado poderio econômico e militar (EUA, Japão, China e Rússia) utilizam o jogo tridimensional do poder que Joseph Nye o classifica como: Hard Power, Soft Power e Smart Power.



QUADRO 2 – Orçamento militar dos países da região do Pacífico

Diante desse cenário, as relações internacionais entre os atores estatais desse entorno, corroboram para uma transformação na geopolítica mundial, causando reflexos políticos, econômicos e sociais em todo o globo. Neste sentido, o Brasil, principal ator regional do subcontinente sul-americano, sendo a segunda maior economia do continente e portador de alto potencial agropecuário, é participante de diversos organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial do Comércio (OMC), Fórum BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), G-20, dentre outros, além de possuir relações diplomáticas e econômicas bilaterais com as principais nações daquele entorno, como China e EUA. Outrossim cabe salientar que um dos objetivos do governo brasileiro é estender o escoamento da produção de produtos primários para região do Pacífico, por meio de corredores bioceânicos, ligando os portos brasileiros do Atlântico como o de Santos até o Porto de Arica no Chile. Destarte, o desequilíbrio do tabuleiro geopolítico no Pacífico poderá trazer reverberações na política externa brasileira.

Neste propósito, o presente trabalho visa identificar os principais antagonismos políticos entre os países da região do Pacífico e levantar os reflexos dos mesmos no cenário internacional, em especial o Brasil.

1.1 PROBLEMA

Diante do cenário acima elencado, constata-se a mudança do panorama geopolítico mundial para a região do Pacífico, onde estão localizados países como EUA, China, Japão e Rússia, que projetam poder por meio do Hard Power, Smart Power e Soft Power, utilizando-se de estratégias diretas e indiretas, na busca de aumentar sua área de influência neste entorno. Além disto, essa mudança causará reflexos em todo globo.

O presente trabalho de conclusão de curso será desenvolvido em torno do seguinte problema: Quais são os principais antagonismos políticos entre os países da região do Pacífico e quais serão os reflexos para outras regiões do planeta, em especial o Brasil?

1.2 OBJETIVOS

Segundo CRESWELL (2010), a declaração do objetivo é a parte mais importante de todo o estudo, e precisa ser apresentada de maneira clara e específica. Além disso, ele ressalta que devido a essa importância, a declaração desse propósito deve ser estabelecida de forma separada e destacada de outros aspectos do estudo, sendo estruturada num tópico exclusivo. Assim, esta pesquisa apresenta o objetivo geral e seus três objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo geral

Estudar os principais antagonismos políticos e econômicos entre os países da região do Pacífico e seus reflexos para o Brasil.

1.2.2 Objetivos específicos

A fim de viabilizar a consecução do objetivo geral deste trabalho foram formulados alguns objetivos a serem atingidos, que permitirão o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo, os quais são elencados em seguida:

- a. Identificar os focos de tensão na região do Pacífico;
- b. Identificar as rivalidades político-econômicas entre China e EUA; e
- c. Identificar os principais reflexos desses antagonismos nas relações internacionais, em especial para o Brasil.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo estará limitado na identificação dos antagonismos políticos no entorno da região do Oceano Pacífico, a partir de meados do século XX e levantando os focos de tensão entre os referidos atores. Dessa forma, serão identificadas as vantagens e desvantagens dessas rivalidades nas relações internacionais desses países com o Brasil.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Esta seção busca, de forma resumida, discorrer sobre os principais tópicos que justificam a importância desse trabalho.

O aumento da relevância geopolítica da região do Pacífico teve como principais aspectos: o crescimento econômico chinês, que alcançou um PIB em torno de 19 trilhões de dólares (segundo maior do mundo), gerando uma disputa com os EUA pela hegemonia econômica mundial; a busca por recursos energéticos vindos da Ásia Central e Oriente Médio, criando uma importante rota de navegação pelo Estreito de Malaca, no SE Asiático, acarretando em uma competição por áreas de influência; a disputa da soberania do Mar do Sul da China; as tensões políticas entre o país sino e a reincorporação de Taiwan ao seu território; a ameaça nuclear norte-coreana, aliada ao recrudescimento das relações deste com os EUA; e a tentativa da Rússia de se reerguer no cenário internacional.

Dentro desse escopo, o tabuleiro geopolítico da região do Pacífico se configura numa série de ações estratégicas perpetradas pelas principais potências da região (EUA, China, Japão e Rússia), como sanções econômicas, corrida armamentista, expansão econômica, domínio das principais rotas comerciais, busca por recursos naturais e energéticos.

Dessa forma, esses contenciosos existentes na região do Pacífico podem trazer reflexos para a política externa do Brasil, haja vista que o país pertence a mecanismos inter-regionais como o fórum BRICS, sob a plataforma das principais economias emergentes e a FOCALAL (Fórum de Cooperação América Latina – Ásia do Leste); tendo como principais parceiros comerciais a China e os EUA; além de possuir relações diplomáticas bilaterais com outros atores estatais deste entorno regional como Rússia e Japão.

Em suma, a proposta desta pesquisa é relevante atualmente no país com base nos fatores acima elencados, os quais puderam demonstrar a importância do assunto

desta pesquisa nesse campo de análise, bem como encontra suporte no crescente interesse e importância que a academia brasileira vem dando para o tema.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção promove um debate sobre os principais conceitos que servem como lente para a consecução da presente pesquisa. Assume-se a transformação da balança de poder na região do Pacífico, bem como a geopolítica da mesma; o jogo tridimensional do poder empregado pelos países e a definição de potência regional. Em vista disso, esses conceitos serão debatidos sob múltiplos enfoques com o intuito de evidenciar distintas percepções e possibilitar a execução da pesquisa propriamente dita. Para isso, esta seção está estruturada da seguinte forma: 1) Geopolítica do Pacífico; 2) Balança de Poder; 3) Jogo tridimensional do poder: o Hard Power, Soft Power e Smart Power e 4) Potência regional.

2.1 GEOPOLÍTICA DO PACÍFICO

O Século XXI vem testemunhando a mudança do centro dinâmico econômico global do Atlântico para o Pacífico, ao mesmo tempo em que há um processo em desenvolvimento de ascensão de potências dentro do continente asiático. Nesse sentido, cada vez mais a Ásia se configura como pivô para as dinâmicas geopolíticas do nosso tempo. Contemporaneamente, não só os atores extra-regionais, como Estados Unidos e União Europeia, têm papel relevante no continente asiático, mas também os próprios Estados da região passam a ser influentes atores locais e globais – como China, Índia e Rússia.

O sistema do Pacífico tem ganhado crescente importância em função dos fluxos econômicos e do papel dos Estados na produção desse espaço geográfico, como é caso da China. Esse novo espaço econômico tem grande repercussão, não só nos países que compõem essa vertente, mas também em áreas adjacentes como é caso do território brasileiro (LIMA 201-?).

O papel do continente asiático no tabuleiro geopolítico global também é de suma importância, principalmente pelo fato de que as outras grandes potências disputam influência e recursos dentro desse entorno. Nesse sentido, é relevante o monitoramento e estudo das relações dos países asiáticos com os Estados Unidos, a União Europeia e seus membros, bem como a política externa dessas potências extra-regionais para as diferentes realidades regionais.

O fardo da Ásia como alvo das novas relações internacionais é inexorável e dispensa uma pesquisa que objetive qualquer originalidade. Por isso, evitando discutir mais do mesmo, o estudo exposto nestas páginas como introdução à geopolítica do Oceano Pacífico não pretende esgotar o inesgotável de um debate que incha o conteúdo de revistas, anais e livros da área há pelo menos duas décadas. Nossa contribuição é menos ambiciosa no stricto sensu ao se encarregar tão somente de lembrar o leitor e leitora brasileiros da importância da Ásia do Pacífico como um caldeirão geopolítico, assim como também manifesta o desejo de indicar as tendências da política internacional contemporânea e das relações de poder que afetarão em breve, e sobremaneira, outros rincões do planeta como a América do Sul (BORGES, 2014).

A macrorregião da Ásia Oriental e do Pacífico destacam-se pela proeminência de diversos atores dotados de capacidades militares e econômicas significativas, ganhando destaque, porém, a República Popular da China, cuja emergência nos últimos anos alterou a distribuição de poder global e a própria economia internacional. Assim, o estudo da grande potência que é a China merece atenção, principalmente pelo possível impacto que Pequim terá para as relações internacionais do século XXI. Ademais, a península coreana, o Japão e o Sudeste Asiático também são importantes atores, cujos potenciais econômicos, políticos e militares encontram-se em expansão.

2.2 A BALANÇA DE PODER

No ambiente internacional, os Estados são atores unitários que, no mínimo, buscam a autopreservação e, no máximo, buscam o domínio universal. Os Estados buscam de forma racional usar os meios de que dispõem para alcançar estes fins. A racionalidade é entendida por Waltz como a qualidade do sistema, sua estrutura e sua habilidade para filtrar os Estados irracionais. De acordo com este teórico, estes meios se encaixam em duas categorias: “esforços internos (formas de aumentar a capacidade econômica, aumentar a força militar, desenvolver estratégias inteligentes) e esforços externos (formas para fortalecer e alargar as suas alianças ou para enfraquecer e encolher um oponente)” (WALTZ, 2002). Em um sistema de autoajuda, em que o Estado não busca aumentar seus esforços internos e externos estará se expondo aos riscos do ambiente anárquico e a interesses escusos de outros Estados no sistema internacional. Neste sentido, a teoria do equilíbrio de poder

(ou balanço de poder, como Waltz, cita algumas vezes), “é uma teoria sobre os resultados produzidos pelas ações (sic) descoordenadas dos estados. A teoria faz suposições sobre os interesses e os motivos dos estados, em vez de os explicar. O que explica são os constrangimentos que confinam todos os estados” (WALTZ, 2002, P. 170). Waltz definiu a teoria da balança do poder como um desenvolvimento da teoria sistêmica das relações internacionais. O destino de cada Estado no sistema internacional depende das suas respostas às ações dos outros Estados. Quanto maior é a participação do Estado na distribuição das capacidades no sistema internacional menores serão as possibilidades de ele ser constrangido. Embora a teoria não esteja apenas concentrada no domínio militar, a possibilidade de explosão de conflitos armados no ambiente internacional leva à competição nas técnicas e nos instrumentos das forças dos Estados. A distribuição assimétrica entre os Estados é a fonte de segurança no sistema internacional, favorecendo uma situação de equilíbrio de poder (AMORIM,2017)

Conceituando o termo, Hans Morgenthau (2002) dispõe nas linhas proemiais do seu trabalho que “a aspiração de poder por parte de várias nações, em que cada uma tenta manter ou alterar o “status quo”, leva necessariamente a uma configuração que é chamada de equilíbrio de poder, bem como a políticas que se destinam a preservar esse equilíbrio”. Em outros termos, seu realismo clássico vê a balança de poder como elemento estabilizador essencial em uma sociedade de nações soberanas, um equilíbrio sem o qual um dos elementos ganharia ascendência sobre os demais, desrespeitaria seus interesses e direitos e poderia, até mesmo, destruí-los (AMORIM, 2017).

Em que pese Walt (1995) considere os demais fatores que afetarão o nível de ameaça que os Estados podem representar – como poder agregado, proximidade, capacidade ofensiva e intenções ofensivas -, para ele o balanceamento é visto essencialmente como uma resposta às ameaças. De mais em mais, seu argumento é de que os Estados escolhem equilibrar por dois motivos principais: porque os Estados arriscam sua própria sobrevivência se eles não conseguem conter uma potencial hegemonia, bem como porque juntar-se ao lado mais vulnerável aumentaria a influência do novo membro, já que o lado mais fraco tem maior necessidade de assistência (AMORIM, 2017).

A partir desta perspectiva, a balança de poder pode ser um produto da experiência de insegurança pelos Estados que operam em um sistema internacional

anárquico ou o resultado dos fatores ideacionais e materiais da sociedade internacional. Se metáfora, mito ou modelo, balanceamento ou “bandwagoning”, contudo, inegável é a relevância que o conceito carrega ao se analisar as dinâmicas distributivas do poder (AMORIM, 2017).

A estrutura internacional contemporânea nos tem relevado que, conquanto os Estados Unidos continuem a única superpotência mundial, eles não possuem hegemonia nas estruturas regionais, que podem divergir do padrão da estrutura global mantida pela ordem pós-Ialta. A perda de “strength gradient” inibe a capacidade da superpotência em expandir sua influência em regiões distantes, formando um status de paridade entre a superpotência e a(s) potência(s) regional(s) enquanto conforma as relações internacionais dentro de um equilíbrio de poder, bipolar ou multipolar, que coexiste com a estrutura unipolar (ROSS, 1999). Diante disso, Samuel Huntington, um dos propagadores desta ideia, apontou a estrutura pós-Guerra Fria como uma de natureza “unimultipolar” (FLEMES, 2010).

A Ásia do Pacífico se encontra em uma estrutura bipolar cuja estabilidade se verifica na inexistência de um poder capaz de desafiá-la. O Japão e a Rússia podem representar polos de poder, mas dadas as suas condições geopolíticas, não podem superar a bipolaridade do novo cenário. A China, no entanto, pode ser considerada atualmente a única potência regional, ainda que incompleta devido à falta da ilha de Taiwan na unidade territorial. Entrementes, os Estados Unidos, que não é uma potência hegemônica regional no Leste Asiático mas compartilha o status de grande potência com a China, formam com este último, a partir daí, uma relação de equilíbrio de poder. Isto significa que agora, no século XXI, há uma estrutura bipolar regional onde a China veste-se na posição de dominante do continente asiático e os Estados Unidos, na posição de dominante do Leste Asiático marítimo (BORGES, 2014).

2.3 JOGO TRIDIMENSIONAL DO PODER: O HARD POWER, SOFT POWER E SMART POWER

Nye se utiliza de uma metáfora para expor a relação do jogo de poder internacional de uma forma a fragmenta-la nestes três níveis para melhor delimitar e evidenciar a forma de se jogar. Essa metáfora é um tabuleiro de xadrez onde se joga em três níveis, ou camadas diferentes. O Hard Power e o Soft Power passam a ter um peso igual dentro do Sistema Internacional. O jogo de poder que é articulado no

Tabuleiro de Xadrez Tridimensional, onde cada camada exige a “peça” e a “jogada certa” (MARTINELLI, 2016).

Para que se compreenda como o Hard Power e o Soft Power são articulados dentro do Tabuleiro de Xadrez Tridimensional, é necessário compreender o que é, o que define e o que delimita o Hard Power e o Soft Power. Esses dois tipos de poderes, como veremos, podem ser utilizados por atores, entendidos como entes que possuem participação, de fato, nos processos e acontecimentos no cenário internacional. Os atores se dividem entre: estatais, aqueles que têm soberania e legitimidade no uso da força, além do controle sobre a população e o território; e atores não-estatais, entendidos como não soberanos em relação ao uso da força, à população e ao território. Os atores não-estatais estão, principalmente, ligados ao tipo de poder relacionado ao Soft Power, como expoentes de ideologias, divulgadores de conhecimento, de estilo de vida, sendo eles indivíduos independentes ou organizados, como em ONGs dos mais variados tamanhos, e em outros tipos de grupos ideológicos (MARTINELLI, 2016).

O Hard Power como um todo, pode ser entendido como algo direto e mais perceptível por conta de suas ações concretas, podendo ser dividido em duas vertentes que se diferenciam e se complementam. A primeira é toda a esfera que o campo militar abrange dentro da articulação bélica de um ator. O Hard Power em sua vertente militar vai além do simples fato do conflito armado em si. As guerras e intervenções se enquadram nesta parte do conceito, mas não atuam de forma exclusiva. A coerção, indução e dissuasão podem ser vistas como Hard Power militar. Durante uma guerra, um Estado que se encontra em posição de subjugar um outro tem a capacidade, ligada a ameaça, medo ou punição, de persuadir, dissuadir ou induzir, para que o Estado subjogado faça o que o subjugador deseja (NYE, 2002).

O Soft Power é uma ferramenta de poder que não está restrita apenas aos Estados. Qualquer tipo de ator, seja estatal ou não-estatal, pode exercer o Soft Power devido a sua característica indireta, transnacional e não imediata. A questão que caracteriza o Soft Power é sua esfera que engloba aspectos ideológicos, sociais e culturais. Nye ressalta que o Soft Power deve ser essencialmente um meio sedutor, ele deve atrair o ator a querer imitar quem exerce tal poder, não o obrigar ou coagi-lo a fazer o que se deseja. Meios que o obriguem seriam encaixados em características de Hard Power (MARTINELLI, 2016).

De acordo com a compreensão de Nye (2002), o Hard Power, poder militar e econômico, e o Soft Power, fonte de poder sedutor ideológico-social-cultural, devem ser complementares para que um Estado consiga manter sua posição de hegemonia, ou vir a ser um ator hegemônico, não podendo se focar em apenas uma dessas duas fontes de poder, e sim nas duas, para que sejam complementares e efetivas.

No sentido da construção do poder internacional de um Estado através da cooperação e interdependência com outros Estados no espaço internacional, o Smart Power, vai surgir como uma alternativa que irá mesclar dois tipos de poderes, o chamado Hard Power com o Soft Power (PECEQUILO, 2004).

O smart power é entendido como a integralidade de poder que abrange as vertentes de poder militar e econômico de um Estado, e vai procurar desenvolver outras áreas, no intuito de complementar as duas primeiras vertentes. O desenvolvimento dessas áreas deve se focar em cinco pontos principais: a) alianças, parcerias e instituições; b) desenvolvimento global; c) diplomacia pública; d) integração econômica e; f) inovação e tecnologia (ARMITAGE; NYE JR., 2007, p.5). Pensar o poder no século XXI, está para além de uma tarefa pura de manutenção de uma força superior que leva os atores no espaço internacional a se submeterem a “um líder poderoso e coercivo”, centra-se principalmente na complexidade da relação destes atores do espaço internacional, e da capacidade de cada um em produzir o que podemos chamar de “bens públicos internacionais”. Neste sentido, Joseph Nye Jr faz em seu mais novo livro uma afirmação pertinente e esclarecedora sobre o Smart Power (PINTO, 2011):

“Uma narrativa para o smart power no século XXI, não é somente sobre maximização do poder e manutenção da hegemonia. É principalmente, sobre encontrar caminhos para combinar recursos dentro de uma estratégia de sucesso em um novo contexto de difusão de poder e “ascensão dos outros atores”. (NYE JR., 2011, p. 208).

2.4 POTÊNCIA REGIONAL

Nos estudos sobre regiões, o termo potência regional é utilizado, de modo geral, para fazer alusão a uma hierarquia de poder no sistema internacional, referindo-se a um país que é influente em uma determinada região ou sub-região (GODEHARDT; NABERS, 2011). As potências regionais são consideradas os países que detêm capacidades superiores vis-à-vis seus vizinhos, sem, contudo, conseguirem verdadeiramente projetar seu poder em nível global (BUZAN, 2011).

Para analisar as potências regionais, Nolte (2011) sistematizou uma definição que contempla aportes teóricos do realismo, do construtivismo e do institucionalismo neoliberal. Conforme sua proposta, uma potência regional é definida como um país que: (i) articula uma posição de liderança em uma região delimitada geográfica, econômica e politicamente; (ii) possui os recursos materiais (militares, econômicos e demográficos), organizacionais (políticos) e ideológicos para projeção de poder regional; (iii) possui grande influência nas relações e nos resultados dos processos regionais; (iv) possui interdependência econômica, política e cultural na região; (v) influencia de forma significativa a delimitação geográfica e a construção política e ideacional da região; (vi) exerce influência por meio de estruturas de governança regional; (vii) articula e define uma identidade e um projeto regional; (viii) provê bens coletivos para a região ou participa de forma significativa da provisão desses bens; (ix) influencia fortemente a definição da agenda de segurança regional; (x) tem uma posição de liderança reconhecida ou respeitada pelos demais atores regionais e extrarregionais; (xi) participa de fóruns inter-regionais e globais, representando não apenas seus interesses, mas também, ao menos de forma limitada, os interesses regionais (CARVALHO; GONÇALVES, 2017).

Embora não exista uma definição única e consensual, a proposta por Nolte (2011) consegue abranger diferentes aspectos que a literatura sugere como definidores das potências regionais, englobando fatores mais objetivos, como os recursos materiais, e subjetivos, como a disposição de assumir a liderança na região, a capacidade de exercer a liderança regional, além do reconhecimento do papel de líder pelos vizinhos (CARVALHO; GONÇALVES, 2017).

Na hierarquia de poder regional, as potências secundárias são países que possuem recursos de poder ideacionais e materiais relativamente menores do que as potências regionais e, portanto, ocupam uma segunda posição de poder regional (FLEMES, 2012; WEHNER, 2011). No âmbito da América do Sul, o Brasil pode ser considerado potência regional, enquanto Argentina, Chile, Colômbia e Venezuela, potências secundárias (CARVALHO; GONÇALVES, 2017).

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

O presente estudo será realizado, principalmente, por meio de uma pesquisa bibliográfica, pois baseará sua fundamentação teórico-metodológica na investigação,

sobre os principais antagonismos entre os países pertencentes ao entorno do Oceano Pacífico, em livros, manuais e artigos de acesso livre ao público em geral, incluindo-se nesses aqueles disponibilizados pela rede mundial de computadores.

3.2 COLETA DE DADOS

A coleta de dados do presente trabalho de conclusão de curso dar-se-á por meio da coleta na literatura, realizando-se uma pesquisa bibliográfica na literatura disponível, tais como livros, manuais, revistas especializadas, jornais, artigos, internet, monografias, teses e dissertações, sempre buscando os dados pertinentes ao assunto. Nessa oportunidade, serão levantadas as fundamentações teóricas para que os objetivos propostos por esta pesquisa sejam alcançados.

3.3 TRATAMENTO DOS DADOS

O método de tratamento de dados que será utilizado no presente estudo será a análise de conteúdo, no qual serão realizados estudos de textos para se obter a fundamentação teórico para se confirmar ou não a hipótese apresentada.

3.4 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

A metodologia em questão possui limitações, particularmente, quanto à profundidade do estudo a ser realizado, pois não contempla, dentre outros aspectos, o estudo de campo e a entrevista com pessoas diretamente ligadas aos processos em estudo. Porém, devido ao fato de se tratar de um trabalho de término de curso, a ser realizado em aproximadamente oito meses, o método escolhido é adequado e possibilitará o alcance dos objetivos propostos no presente Projeto de Pesquisa.

4. PRINCIPAIS FOCOS DE TENSÃO NA REGIÃO ÁSIA-PACÍFICO

Os principais focos de tensão na Ásia Oriental ocorrem no quadro de uma situação de disputa geopolítica regional que se reflete na segurança e nas relações internacionais. A região do Pacífico abarca a Península Coreana e o Mar da China Oriental, a oeste, e o continente americano, tendo sua porção norte (América do Norte) como a mais relevante. O final da Segunda Guerra Mundial (2ªGM), que ocorreu de 1939 a 1945, trouxe para a região uma nova situação política e econômica, na qual chocam-se, ainda hoje, os interesses da China, do Japão, da

Coreia do Norte, da Coreia do Sul, da Rússia, de Taiwan e dos EUA, atores relevantes na problemática regional.

No quadro político advindo com o final da 2ª GM, a Guerra Fria transformou a Ásia Oriental num dos principais palcos do conflito Leste-Oeste, inclusive com a confrontação militar direta entre os blocos socialista e capitalista, cujos reflexos da Guerra da Coreia (1950-1953), ainda hoje, tencionam a região. Já no quadro econômico, os investimentos capitalistas da estratégia norte-americana de contenção do comunismo na região contribuíram para alavancar o crescimento econômico do Japão e da Coreia do Sul, que são, hoje, importantes aliados dos Estados Unidos na Ásia Oriental. Destaca-se ainda como um dos principais atores, a China que teve um grande impulso econômico, a partir de 1978, quando o líder do Partido Comunista Chinês (PCCh) Deng Xiaoping propôs um pacote de mudanças político-econômicas como o Programa das Quatro Modernizações (indústria, agricultura, ciência e tecnologia e forças armadas), que posteriormente ficou conhecido como socialismo de mercado, levando a China ao seu quadro atual de desenvolvimento econômico.

A seguir, serão estudados os principais focos de tensão internacional na região do Pacífico.

4.1 QUESTÃO DE TAIWAN

O contexto da Questão de Taiwan teve início após o término da Guerra Civil Chinesa, que durou de 1927 a 1949¹, quando o PCCh, liderado por Mao Tsé-tung obteve a vitória sobre o Partido Nacionalista (Kuomintang), partido governante da República da China (RC), sob o comando de Chiang Kai-shek. Dessa forma Mao Tsé-tung proclamou a República Popular da China (RPC), sob comando do PCCh, vindo a expulsar as lideranças do Kuomintang, fazendo com que Chiang Kai-shek e seu “*staff*” se refugiassem para a ilha de Taiwan, onde o mesmo declarou Taipé a capital da RC.

Com a proclamação da RPC em 1 de outubro de 1949, o país viu-se novamente dividido entre a RPC, no continente, e a RC, em Taiwan e outras ilhas. Cada uma das partes se considera o único governo legítimo da China e denuncia o outro como ilegítimo.

¹ No período de 1927 a 1946, a Guerra Civil chinesa deu uma pausa, quando os PCCh e o Partido Nacionalista se uniram para expulsar o Exército japonês, durante a Segunda Guerra Mundial. Após a vitória sobre o Japão, a guerra civil foi retomada até 1949.

Desde então, as duas Chinas vivem numa situação de hostilidade, ocorrendo, inclusive, conflitos armados nos primeiros anos de sua divisão. A China Nacionalista (Taiwan), porém, assegurou sua existência através do estreitamento das relações com os Estados Unidos². Quando a Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada, em 1945, a China foi um de seus membros fundadores. Mas após o fim da guerra civil, em 1949, foi Taiwan que passou a ocupar o assento destinado à China na ONU. Essa situação durou até 1971, após a visita do Secretário de Estado Henry Kissinger e futuramente em 1972 com a ida do presidente Richard Nixon, quando a China continental ingressou na ONU, obrigando Taiwan a deixar a instituição. Desde então, o poder político e econômico da China se impõe, obrigando todos os países com quem mantém relações diplomáticas a cortarem os laços oficiais com Taiwan (SASAKI, 2017).

Seguindo a cronologia dos fatos, em janeiro de 1979, China e Estados Unidos estabelecem relações diplomáticas depois que o presidente Jimmy Carter muda representação de Taipé para Pequim. Um comunicado conjunto diz que Washington manterá ligações informais com Taiwan. Em abril de 1979 o Congresso americano aprova o Ato para Relações com Taiwan, reafirmando o compromisso dos Estados Unidos com Taiwan e mantendo a venda de armas à ilha dissidente, porém em agosto de 1982, mediante um terceiro comunicado conjunto com a China, os Estados Unidos prometem não aumentar e gradualmente reduzir a venda de armas a Taiwan. Em abril de 1984 o presidente Ronald Reagan visita à China para se encontrar com Deng Xiaoping, que diz que Taiwan continua um problema crucial na relação com Washington. Em maio de 95, o presidente norte-americano Bill Clinton autoriza a visita a Nova York do líder de Taiwan, Lee Teng-Hui, revertendo uma política de 15 anos de não concessão de vistos a líderes da ilha; como forma de protesto, a China chama de volta seu embaixador em Washington. Em 1996 a China realiza um teste de misséis próximo a Taiwan para intimidar os eleitores de Lee Teng-Hui, durante eleição presidencial da ilha, tendo temor que ele defenda uma declaração de independência. Os Estados Unidos enviam dois porta-aviões, numa demonstração de apoio a Taiwan e Lee vence as eleições com folga.

² Em 1954, os EUA e Taiwan assinaram um acordo de defesa mútua, após o intenso bombardeio do estreito de Formosa pela República Popular da China, nesse mesmo ano.... - Veja mais em <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/taiwan-uma-nacao-ou-uma-provincia-chinesa.htm?cmpid=copiaescola>

Nas eleições do ano 2000, em Taiwan, ascendeu ao poder o Partido Democrático Progressista, de Chen Shui-bian, cujo discurso era nacionalista e de independência, sofrendo forte pressão e ameaça de retaliação militar por parte a RPC. Após a vitória, o governo adotou um discurso moderado em relação à China (DORNELLES, 2006).

A China tem buscado cercar-se de Formosa, propondo aplicar a mesma forma de administração desenvolvida em Hong Kong, desde que a ilha abra mão de sua soberania. Formosa tem recusado, sempre contando com a proteção dos EUA e Japão, mantendo a relação Taiwan – China estagnada. O fato é que restabelecer a soberania sobre Taiwan é um objetivo nacional permanente da China, assim como o foi com Hong Kong e Macau (DORNELLES, 2006).

Para o Japão, a questão de Taiwan é também fundamental, a ponto de definir como prioridade em sua política externa a defesa daquele país. Para o Japão é essencial tornar claro a Pequim ser intolerável um projeto de hegemonia chinesa na Ásia, uma hegemonia que passa pela retomada de Taiwan, seguido de uma política de cerco ao arquipélago nipônico. Hegemonia iniciada pela neutralização de Taiwan, não forçosamente por uma ação militar direta, mas pela criação de condições que possibilitem o controle das vias de acesso e do espaço aeronaval em torno da ilha, o que alterará todo o equilíbrio regional (DORNELLES, 2006).

Realizar a reunificação completa da Pátria é o desejo comum de todo o povo chinês. É um assunto que envolve a dignidade da Nação chinesa e a integridade territorial e soberania do país. Já resolvemos exitosamente as questões de Hong Kong e de Macau sob a orientação de “reunificação pacífica e um país, dois sistemas”. Vamos esforçar-nos por resolver, sob a mesma orientação e mais rápido possível, a questão de Taiwan. Existe apenas uma China no mundo, o Continente e Taiwan pertencem à mesma China. A soberania e a integridade territorial chinesa são inseparáveis. A reunificação pacífica só poderá ser alcançada com a persistência no princípio de “uma só China”. “Um país, dois sistemas” é o melhor formato para reunificar os dois lados do Estreito de Taiwan. Na solução da questão de Taiwan sob este formato, podemos aplicar políticas ainda mais magnânimas em comparação com as aplicadas a Hong Kong e Macau. Depois da reunificação pacífica, Taiwan poderá manter o seu próprio sistema econômico, o estilo da vida cotidiana, e administrar propriamente os seus sistemas partidário, político e militar. Mantendo também a sua autonomia judicial e o direito de julgamento de última instância, etc.

Em soma, a realização da reunificação pacífica protegerá plenamente os interesses reais e de longo prazo dos nossos compatriotas taiwaneses, beneficiando não só o povo chinês em que o povo de Taiwan também faz parte, como também a paz, a estabilidade e o desenvolvimento da região Ásia-pacífico e do mundo inteiro. Na questão de desenvolver relações entre os dois lados do Estreito de Taiwan, defendemos “uma só China, negociações entre os dois lados e a imediata realização de transporte, comércio e comunicação diretos”. Desde o início da reforma e abertura, as cooperações econômicas e comerciais através do Estreito de Taiwan se desenvolveram rapidamente. O volume do comércio acumulado já ultrapassou 200 bilhões de dólares americanos, os investimentos em contratos de Taiwan para o Continente já chegaram a mais de 50 bilhões de dólares. Nos últimos dez anos, mais de 20 milhões de compatriotas taiwaneses já visitaram o Continente. Nós promovemos energeticamente a restauração mais cedo possível de diálogos e negociações entre os dois lados do Estreito de Taiwan e esperamos que as autoridades taiwanesas possam voltar, em breve, a aderir ao princípio de uma só China, criando condições para o reinício de negociações. Temos a maior sinceridade de realizar a reunificação pacífica, no entanto, não podemos nos prometer de abandonar o uso de força porque isso vai acabar encorajando as forças separatistas de Taiwan, impossibilitando, assim, a reunificação pacífica. Reunificar a Pátria é a determinação firme e imperturbável do povo chinês e também a nossa sagrada missão histórica. Desde que as autoridades taiwanesas concordem na solução da questão de Taiwan sob o princípio de “uma só China”, nós podemos esperar com paciência (QUESTÃO DE TAIWAN, 201-?).

Dessa forma, a questão sobre Taiwan continuará sendo um grande ator com potencial para desestabilizar as relações entre China – EUA (e China – Japão): os chineses não aceitando qualquer flexibilização sobre seus direitos sobre a ilha e os EUA equilibrando-se, buscando atender aos seus interesses na região, ao seu compromisso com Taiwan (e Japão), e sendo interlocutor privilegiado entre os dois governos, evitando desgastar-se com qualquer um deles (DORNELLES, 2006).

4.2 AS RELAÇÕES ENTRE AS COREIAS DO NORTE E DO SUL

4.2.1 A Guerra da Coreia

A Guerra da Coreia foi fruto da disputa velada entre os Estados Unidos e a ex-URSS, antigos aliados durante a Segunda Guerra Mundial. Ao final desta, em

1945, estes países dividiram a Coreia em duas zonas de influência, com o sul ocupado pelos norte-americanos e o norte dominado pela União Soviética. Ambas foram divididas pelo Paralelo 38º, firmado como marco divisor na Conferência de Potsdam. Em 1947, na tentativa de unificar a Coreia, a Organização das Nações Unidas – ONU - criou um grupo não autorizado pela URSS, para pretensamente ordenar a nação através da realização de eleições em todo o país. Esta iniciativa não teve êxito e, no dia 09 de setembro de 1948, a zona soviética anuncia sua independência como República Democrática Popular da Coreia, mais conhecida como Coreia do Norte. A partir de então, a região é dividida em dois países diferentes - o norte socialista, apoiado pelos soviéticos; e o sul, reconhecido e patrocinado pelos EUA (SANTANA, 201-?).

Os governos norte-americano e soviético continuaram a reivindicar o controle total do território coreano. A região fronteira entre as duas Coreias tornou-se um ponto explosivo e delicado, de pura tensão. Começou a luta doutrinária, as propagandas ideológicas viajaram de um ponto a outro dos dois países. Até que, no dia 25 de junho de 1950, alegando uma suposta transgressão do Paralelo 38º, o exército da Coreia do Norte invadiu o Sul, dominando sua capital, Seul, em 03 de julho. A ONU não aceitou esse ataque e mandou suas tropas, lideradas pelo general americano Douglas MacArthur, para expulsar os socialistas, que pretenderam unificar o país sob a bandeira do Comunismo. A URSS não interveio diretamente, apenas cedeu auxílio militar. Mas, neste momento, iniciou-se o confronto entre as duas potências por um espaço de amplas vantagens comerciais e territoriais, mesmo com o risco de deflagrar uma terceira guerra mundial (SANTANA, 201-?).

No mês de setembro, as forças das Nações Unidas tentaram resgatar o litoral da região oeste, sob o domínio dos norte-coreanos, atingindo sem muitas dificuldades Inchon, próximo a Seul, onde se desenrolou uma das principais batalhas, e depois de poucas horas elas ingressaram na cidade invadida, com cerca de cento e quarenta mil soldados, contra setenta mil soldados da Coreia do Norte. O resultado é inevitável, venceram as forças sob o comando dos EUA. Com o domínio do Sul, as tropas multinacionais seguem o exemplo dos norte-coreanos e também transgrediram o Paralelo 38º. Seguem então na direção da Coreia do Norte, entrando logo depois em sua capital, Pyongyang, ameaçando a fronteira chinesa ao acuar os norte-coreanos no Rio Yalu, sede de intensa batalha (SANTANA, 201-?).

O governo chinês, ao se sentir em perigo, enviou trezentos mil homens em socorro da Coréia do Norte, entrando assim na Guerra e colocando em risco a paz mundial. As tropas chinesas forçaram o General MacArthur a recuar e, em 04 de janeiro de 1951, conquistaram Seul, dominando o Sul. Logo depois, entre fevereiro e março, um novo avanço dos norte-americanos expulsou as forças chinesas e norte-coreanas e as obriga a retornar ao Paralelo 38°. A partir daí os jogos de forças permaneceram estáveis, equilibrados, prolongando esta guerra por mais dois anos, com muitas mortes de lado a lado. Ao longo de quase três anos, uma sangrenta batalha entre irmãos manchou a história de uma das culturas mais célebres da Ásia. A paz foi assinada finalmente em 27 de julho de 1953, através do Armistício de Panmunjon, onde a fronteira estabelecida em 1948 foi mantida, criando uma região desmilitarizada entre as duas Coreias, mas até hoje não se chegou a uma resolução decisiva neste território, e a tensão permanece, com ameaças constantes pairando no ar (SANTANA, 201-?).



FIGURA 3 – Divisão da Coreia após a 2ª Guerra Mundial
Fonte: www.sohistoria.com.br

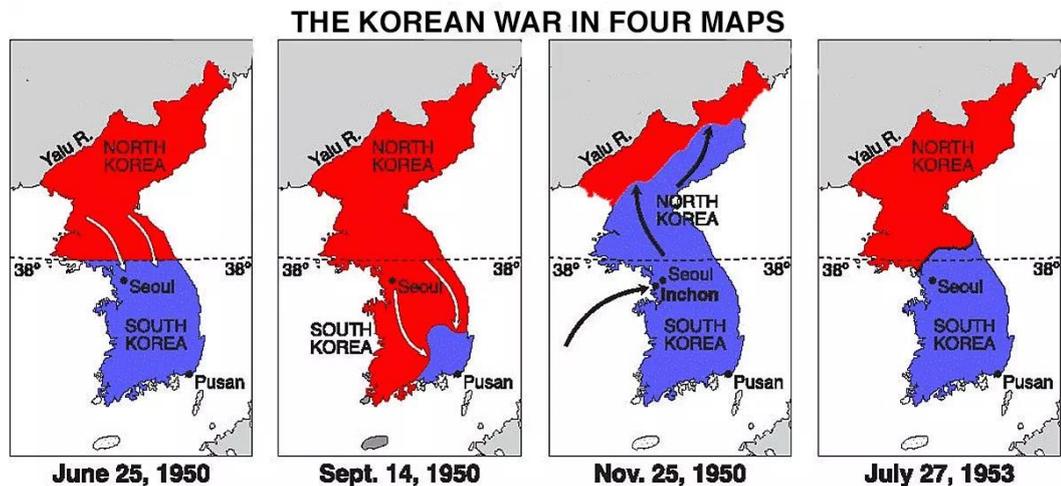


FIGURA 4 – Guerra das Coreias em quatro mapas. A partir de 1950, a Coreia do Norte fez o primeiro movimento para conquistar a capital Sul-Coreana, Seul. A partir de então, as batalhas começaram e tudo se intensificou quando Estados Unidos enviaram aviões bombardeiros e destruíram grande parte do território Norte-Coreano

Fonte: Robert Kelly — Asian Security Blog

4.2.2 Evolução dos acontecimentos

Após a assinatura do Armistício de Panmunjon em 1953 estabeleceu-se a Zona Desmilitarizada da Coreia (ZDC), uma faixa de segurança que protege o limite territorial de tréguas entre as repúblicas coreanas, tendo 4 km de largura por 238 km de comprimento, sendo considerada a fronteira mais militarizada do mundo. Em 1970 foram descobertos três túneis que se usavam para espionagem e vinte anos depois encontrou-se um outro, todos construídos por militares da Coreia do Norte. Toda a zona está permanentemente iluminada, exceto na área da ferrovia de Kaesong e Kosong (ambas na parte norte-coreana), Munson e Sokcho (no lado sul-coreano).

No transcorrer da Guerra Fria, o nível de tensão entre os países permaneceu estável, mantendo a Coreia do Norte sob regime totalitarista e a do Sul sob tutela norte-americana e democrática. Contudo com o fim da bipolaridade e a queda da União Soviética, o país setentrional teve sua economia fragilizada e optou por se isolar e se militarizar completamente, dando início ao Programa Nuclear Norte-coreano, enquanto o país austral abriu suas portas para novos investimentos, tornando um Tigre Asiático.

Em 2010, a fricção entre os países aumentou quando houve um engajamento de artilharia entre a Coreia do Norte e as Forças Armadas sul-coreanas, que realizava um exercício militar na ilha de Yeonpyeong. Com isso as forças norte-coreanas realizaram disparos de mísseis e foguetes na referida ilha, vindo a atingir alvos civis e militares, alegando que sul-coreanos haviam realizado disparos em águas

territoriais norte-coreanas. Em resposta a ação norte-coreana, houve uma retaliação por parte da Coreia do Sul que executou bombardeios sobre as posições da artilharia daquele país. Dessa forma, a comunidade internacional condenou de forma generalizada a ação da Coreia do Norte.

Um outro ponto ápice desse antagonismo aconteceu a partir de 12 de fevereiro de 2013, quando a Coreia do Norte realizou o terceiro teste nuclear de sua história, o primeiro em tempos recentes. Isso significou que o país abandonou a postura defensiva que vinha adotando nos últimos anos diante das exigências internacionais para que o país deixasse de produzir e armazenar armas e equipamentos nucleares. A realização do teste não foi gratuita, tratou-se de uma resposta do governo norte-coreano diante da ampliação das sanções comerciais impostas ao país pelo Conselho de Segurança da ONU e pelos bloqueios internacionais realizados pelos EUA a fim de dificultar a proliferação de armas nucleares no país. Imediatamente após a confirmação da realização dos testes nucleares, a comunidade internacional condenou ferozmente o regime norte-coreano, sobretudo os EUA e a Coreia do Sul. Os sul-coreanos prometeram respostas duras e diretas aos vizinhos caso algum ataque direto fosse planejado e/ou executado (PENA, 201-?).

No dia 11 de março de 2013, o governo da Coreia do Norte, representado pela figura do ditador Kim Jong-Um, afirmou não reconhecer o armistício de Panmunjon, que foi responsável por estabelecer o fim da Guerra das Coreias. A justificativa de Kim Jong-Um era a de que o país não poderia considerar o cessar-fogo por conta de exercícios militares realizados em conjunto entre as tropas sul-coreanas e as dos Estados Unidos. A Coreia do Sul respondeu alegando que o tratado não poderia ser quebrado, pois, de acordo com o documento assinado pelas duas partes, o fim do cessar-fogo só poderia ocorrer em acordo de ambas as partes (PENA, 201-?).

4.2.3 Distensão das relações entre as Coreias

Diante do atual quadro socioeconômico norte-coreano causado pelos diversos embargos econômicos, aliado a forte pressão político-militar dos EUA em retalhar qualquer ameaça nuclear norte-americana e a uma possível perda do apoio chinês ao governo de Kim Jong-Um, a Coreia do Norte arrefeceu suas medidas políticas e se mostrou favorável a uma negociação de paz com a Coreia do Sul, além de pôr fim ao seu Programa Nuclear.

Em 2018, houve uma cúpula entre os chefes de estado Kim Jong-Um e Moon Jae-in, onde ambos se comprometeram em manter o respeito mútuo, com a “completa” desnuclearização da Península Coreana e com a paz. Ademais, os países concordaram com um desarmamento por etapas, à medida que as tensões militares forem diminuindo e com os avanços substanciais para estabelecer a confiança militar.

Seul e Pyongyang parecem bastante determinados a avançar na reaproximação, apesar de todas as adversidades. Muitos desejos ainda esbarram nas realidades formadas ao longo de décadas. Por enquanto, as sanções internacionais contra Pyongyang continuam em vigor. Enquanto esse for o caso, fica impossível, por exemplo, uma cooperação econômica mais intensa entre a Coreia do Norte e a do Sul (FREUND, 2018).

A comunidade internacional, e sobretudo os EUA, querem manter as sanções até que a Coreia do Norte implemente as medidas concretas e irreversíveis necessárias ao desarmamento. Pyongyang, por sua vez, pede um relaxamento das sanções em troca de seu engajamento. E enquanto não obtiver uma garantia de segurança digna de crédito, não vai querer abrir mão de seu trunfo nuclear. A forma mais provável de solver esse impasse será uma nova cúpula entre Donald Trump e Kim Jong un, a ocorrer possivelmente no primeiro semestre de 2019 (FREUND, 2018).

Por outro lado, as realizações relativamente pequenas que foram alcançadas nos últimos meses e que eram impensáveis há alguns meses dão razão para otimismo. Após anos de tensão, a rota de confronto foi quebrada. Delegações de alto nível ou mesmo os chefes de governo se reúnem quase regularmente (FREUND, 2018).

Seul e Pyongyang também gostariam bastante de uma cooperação econômica mais próxima. Por exemplo, os governos querem reativar a zona econômica especial de Kaesong ou fechar as lacunas comparativamente pequenas na rede ferroviária comum, o que deve demorar cerca de cinco anos (FREUND, 2018).

4.3 O PROGRAMA NUCLEAR NORTE-COREANO

O Programa Nuclear Norte-coreano é um dos principais focos de tensão na região Ásia-pacífico, tendo em vista o envolvimento direto e indireto das principais potências político-econômicas mundiais como EUA, China, Japão e Rússia. Esse programa teve suas origens em 1965, durante a Guerra Fria, onde a Coreia do Norte

contava com o apoio político-militar soviético³ nas questões com a Coreia do Sul e EUA, principalmente pelo fato do governo norte-americano ter instalado armas dotadas de ogivas nucleares no país austral apontadas para a nação de norte.

Com apoio soviético, o programa nuclear prosseguiu durante os anos 80, onde foi construído um centro de pesquisa nuclear na cidade de Youngbyun, o que gerou uma profunda preocupação na comunidade internacional a respeito da proliferação nuclear. No entanto, após forte pressão da URSS, a Coreia do Norte assina em 1985 o Tratado de Não-proliferação de armas nucleares (TNP), causando um arrefecimento nas tensões na Ásia Oriental. Entretanto, o que parecia estar apaziguado, voltou à tona quando, em 1989, o governo norte-americano, por meio de imagens de satélites confirma que o programa norte-coreano tinha-se desenvolvido ao ponto de ter construído uma fábrica de reprocessamento de plutônio em Yongbyun, necessário para a bomba nuclear e que estava empenhado no teste de um detonador de bomba nuclear. Com isso, devido a pressões externas para que o programa fosse interrompido e as sanções da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), a Coreia do Norte ameaça se retirar do TNP, impedindo uma inspeção, por parte da AIEA, do Centro de Youngbyun, o que quase gerou em um conflito armado com os EUA.

No início da década de 90, com a desintegração da União Soviética e o processo de reformas na Europa do Leste, a Coreia do Norte sentiu sobremaneira a perda de interlocutores e, principalmente, o impacto da retomada de relações diplomáticas entre a Coreia do Sul e os países socialistas do leste Europeu (OLIVEIRA, 201-?).

Um outro aspecto que motivou o avanço nuclear foi o reatamento das relações bilaterais entre Seul e Moscou e Seul com Beijing, antigos aliados norte-coreano, conforme Oliveira (201?) escreve:

Essa realidade de isolamento internacional e retração de parcerias que pudessem cooperar com o processo econômico norte-coreano vai se acentuar ainda mais quando, em novembro de 1992, a Rússia reata relações diplomáticas com a Coreia do Sul. Nesse processo de aproximação, Seul compromete-se a reabrir e ampliar linhas de crédito para intensificação do comércio bilateral, bem como realizar estudo de viabilidade de implantação de um empreendimento conjunto para exploração do campo de gás natural em Yakutia. No entanto, para a concretização dessa parceria, Seul cobra de Moscou alterações de seu relacionamento com Pyongyang. “Seul está

³ A primeira instalação de pesquisa nuclear da Coreia do Norte remonta a 1965, quando a antiga União Soviética forneceu um reator de pesquisa, que foi instalado em Yongbyon. O fornecimento de material físsil era assegurado pela própria Coreia do Norte, que dispõe de jazidas de urânio. Fonte: N. Korean Nuclear Conflict Has Deep Roots, por Walter Pincus. The Washington Post, 15 de outubro de 2006.

colocando um preço para reassumir a ajuda, na forma da Rússia descontinuar seu fornecimento de material militar ao Norte. Oficiais que acompanharam Yeltsin disseram que não só estão querendo interromper o fluxo de tecnologia nuclear e armas para o Norte, como querem agora rever artigos relevantes do tratado de assistência mútua com Pyongyang, pelo qual a antiga União Soviética se comprometia a ajudar a Coreia do Norte no caso de um ataque por um terceiro estado”.

A relevância da normalização de relações bilaterais entre Seul e Moscou é ainda mais ampliada quando se constata que Seul, em agosto do mesmo ano, tinha igualmente reatado seu relacionamento com Beijing e que um dos compromissos assumidos tinha sido a promessa chinesa de se empenhar na desnuclearização da península coreana.

Durante a década de 1990, novas tratativas foram realizadas, principalmente pelos EUA. Em 1994, sob a administração de Bill Clinton foi assinado um protocolo, que previa a paralisação e o encerramento do programa nuclear e militar, em troca de ajuda econômica, devido aos embargos norte-americanos, desde o fim da Guerra da Coreia. Segundo Oliveira (201-?):

No que se refere às relações inter-coreanas, sob o impacto dessa questão nuclear e da ameaça de retirada do TNP, o então Presidente sul-coreano, Kim Young-Sam, transferiu aos Estados Unidos a responsabilidade de negociar diretamente com a Coreia do Norte. Com a morte de Kim Il Sung, em julho de 1994, surgiram esperanças de alteração nos rumos da Coreia do Norte, o que se confirmava em outubro com a assinatura de um acordo nuclear entre Estados Unidos e Coreia do Norte. Por este acordo, a Coreia do Norte consentia em congelar e dismantelar seu programa nuclear e aceitar as salvaguardas do Tratado de Não Proliferação Nuclear ao substituir seus reatores nucleares por reatores de água leve. Entretanto, já nas conversações sobre a iniciativa KEDO (Korean Peninsula Energy Development Organization) para troca dos reatores, a Coreia do Norte recusou-se a aceitar reatores construídos na Coreia do Sul. Consequentemente, os reatores devem ser construídos pelo KEDO.

No entanto, “a Coreia do Norte nunca reconheceu abertamente sua capacidade de produção de armas nucleares, nem isto foi provado, mas sua política deliberada, em 1993-94, foi de jogar com e aprofundar os temores internacionais sobre seu programa nuclear ao recusar as inspeções da AIEA. A política do Norte, combinada com os testes dos mísseis balísticos No-dong 1 e com a retórica contra os Estados Unidos e a Coreia do Sul, ampliaram as tensões militares na Península Coreana e criaram uma perceptível ameaça nuclear norte-coreana para a segurança do Nordeste Asiático”.

O fim do século XX e início do século XXI foi caracterizado pelo prosseguimento clandestino na produção de armas nucleares por parte dos norte-coreanos, estimulados pela inclusão do país no chamado “eixo do mal”⁴ e a

⁴ Eixo do mal foi uma expressão adotada pelo presidente dos EUA, George W. Bush, inicialmente no seu Discurso sobre o Estado da União de 29 de Janeiro de 2002 e, depois, muitas vezes repetida, para se referir a governos que ele considerava hostis ou inimigos dos EUA, acusando-os de apoiarem o terrorismo e de possuírem armas de destruição em massa. Irã, Iraque e Coreia do Norte segundo Bush, estariam construindo armas nucleares. O governo Bush usou o conceito de Eixo do Mal para obter apoio político à chamada Guerra ao Terror. Fonte: Wikipédia.

consequente saída do TNP. Diante desse fato, a partir de 2006, a Coreia do Norte intensificou os testes de mísseis balísticos, gerando um aumento nas tensões na região do pacífico, principalmente para os países aliados aos EUA (Coreia do Sul e Japão⁵).

Em 2011, assume o governo norte-coreano o ditador Kim Jong-un, que se mostra totalmente avesso aos embargos econômicos do ocidente e declarou que o programa nuclear continuaria enquanto as sanções não fossem retiradas. Ademais o ditador manteve os testes de mísseis balísticos em 2013 e 2016. Porém o ápice se deu em 2017, quando o país realizou o sexto, e de longe o maior teste nuclear de sua história, o qual acredita-se que tenha sido feito com uma bomba de hidrogênio. O míssil sobrevoou a ilha japonesa de Hokkaido antes de cair no mar. Kim Jong-un ameaçou atacar os americanos e seus aliados, inclusive com o uso de armas nucleares e, afirmou ainda que possuía mísseis que tinham a capacidade de atingir a porção oeste do território americano.

A execução dos testes de 2017 causou um repúdio na comunidade internacional: a ONU, classificou o evento como "profundamente desestabilizador"; a AIEA classificou o teste como um ato "extremamente deplorável"; o Presidente Donald Trump alertou que a Coreia do Norte se tornou uma grande ameaça, e que o uso da força militar não estaria descartada; O primeiro-ministro do Japão Shinzo Abe disse que o teste foi uma "ameaça de segurança" e que compromete ainda mais a "paz e a segurança"; o presidente russo Vladimir Putin insistiu que se deve procurar uma solução pacífica para a situação; na Coreia do Sul o presidente Moon Jae-In também pediu sanções mais drásticas ao vizinho do Norte, e também alertou que jamais permitirá que a Coreia do Norte avance com sua tecnologia nuclear; a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) reprovou "energicamente" o novo teste e pediu à Pyongyang para interromper suas experiências nucleares.

No entanto a reação que mais pesou, sob o ponto de vista norte-coreano, foi a do aliado político Xi Jinping. O governo chinês, que é um dos principais parceiros

⁵ O teste do míssil norte-coreano, Taepodong - 1, em agosto de 1998, violando o espaço aéreo japonês, antes de cair no Pacífico, assustou o Japão e influenciou a definição de sua política externa. O governo japonês, ainda sob o impacto do teste, expressou seu interesse em cooperar com os Estados Unidos no desenvolvimento de um sistema regional de defesa de mísseis (Theater Missile Defense – TMD). Sob a certeza de que a Coreia do Norte está desenvolvendo o Taepodong – 2, com capacidade intercontinental, o Japão, em agosto de 1999, assinou com os EUA um Memorando de Entendimentos visando o desenvolvimento conjunto de tecnologias para o sistema de defesa. Concordeu igualmente em investir cerca de US\$ 280 milhões para pesquisa nos próximos cinco a seis anos (OLIVEIRA, [S.d.]).

econômicos, "condenou veementemente" o novo teste nuclear, frisando que a Coreia do Norte "ignorou" a oposição de toda a comunidade internacional.

Dessa forma em 2018, Kim Jong-un, diante de toda a pressão, decidiu entrar em uma rodada de negociações com a Coreia do Sul e os EUA, a fim de amenizar as tensões na região. Após o histórico encontro entre o ditador norte-coreano e o presidente Moon Jae-In, houve um anúncio da suspensão dos testes nucleares e de mísseis, além de um início de uma cooperação econômica e resolução do Armistício de Panmunjon, que pôs fim ao conflito entre os países, no período de 1950 a 1953, tendo em vista que tecnicamente, não houve um acordo de paz. Ainda em 2018, em Singapura, ocorreu o emblemático encontro entre os presidentes Kim Jong-un e Donald Trump, no qual os principais objetivos da cúpula foram: fim do programa nuclear norte-coreano, fim do embargo econômico norte-americano e garantias de segurança e incentivos econômicos.

Diante de tudo que foi exposto, percebe-se que além da extinção de uma ameaça nuclear, há o interesse das grandes potências mundiais em manter sua influência na região. Por parte dos EUA, a manutenção da aliança com o Japão e a Coreia do Sul e o "suposto" monitoramento das atividades nucleares, fazem com que o país se mantenha o monitoramento das atividades chinesas na região. Em relação a China, observa-se a manutenção dos laços políticos com os norte-coreanos e a não aprovação da unificação das Coreias, tendo em vista que as mesmas ao se juntarem poderá provocar o aumento da influência norte-americana na Ásia Oriental, pelo fato do país de sul ter uma economia mais pujante que o do norte.

4.4 QUESTÃO DO MAR DO SUL DA CHINA

As disputas territoriais pelo Mar do Sul da China remontam à década de 1970, numa série de embates entre chineses e vietnamitas, mas se tornaram mais acirradas no século XXI, com uma China em acelerado crescimento econômico cada vez mais ávida por recursos naturais. A região em conflito é rica em petróleo e gás natural, além de ser uma área importante para a pesca e de rotas cruciais na navegação global (SANTORO, 2016).

O Mar do Sul da China abrange o território compreendido entre o estreito de Taiwan, ao norte, e de Bornéu, ao sul. De acordo com Morton (2016), a sua importância deve-se ao fato de que mais de 40 mil navios atravessam o local todos os anos, tornando-o responsável, portanto, por abranger cerca de 40% do comércio

naval mundial, sendo a área também rica em recursos energéticos e de pesca. Como tal, conforme Kaplan (2014), o Mar do Sul da China funciona como uma espécie de “garganta” destes oceanos, como um “tecido conjuntivo” econômico que conecta várias rotas comerciais, no coração da Eurásia, através do qual mais de metade da frota mercante global passa, incluindo quantidades de petróleo superiores àquelas que atravessam pelo Canal de Suez e do Panamá, três e quinze vezes, respectivamente. Afirma Beckman (2013) que os principais pontos de disputa são as ilhas Spratly e Paracel que, além destas disputas insulares, parte do conflito também se refere às reivindicações sobrepostas sobre o próprio território marítimo da região, o que é tão importante quanto, ou até mais relevante, do que o conflito existente sobre as ilhas (CIRNE, 2017).

Logo, conforme o abordado, a região representa um ponto-chave na Ásia Oriental, pois faz a ligação entre dois oceanos e, por consequência, diversos pontos do globo. Portanto, pode-se imaginar que o efeito de um conflito armado em um local como este não afetaria apenas aqueles Estados circundantes, mas também todos aqueles cuja economia depende desta rota para fins comerciais (CIRNE, 2017).

Destarte, a questão sobre o Mar do Sul da China, por se tratar de uma área de grande valor geoestratégico, envolve diretamente os países do Sudeste Asiático⁶ mais a China e Taiwan, no que se refere a disputa pelo; e indiretamente outras nações como os EUA, visando a manutenção de sua influência na região. Para se melhor entender esse foco de tensão, há a necessidade de definição de alguns conceitos referente a soberania das águas territoriais de um país. Segundo a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito ao Mar (CNUDM) (1982), as águas territoriais se dividem em:

- Mar territorial: é uma faixa de águas costeiras que alcança 12 milhas náuticas (22 quilômetros) a partir do litoral de um Estado, que é considerado parte do território soberano daquele Estado (excetuados os acordos com Estados vizinhos cujas costas distem menos de 24 milhas náuticas (44 quilômetros). A largura do mar territorial é contada a partir da linha de base, isto é, a linha de baixa-mar ao longo da costa, tal como indicada nas cartas marítimas de grande escala reconhecidas oficialmente pelo Estado costeiro. Dentro do mar territorial, o Estado costeiro dispõe de direitos soberanos idênticos aos de que goza em seu território e suas águas interiores, para exercer jurisdição, aplicar as suas leis e regulamentar o uso e a exploração dos recursos. Entretanto, as embarcações estrangeiras civis e militares têm o "direito de passagem inocente" pelo mar territorial, desde que não violem as leis do Estado costeiro nem constituam ameaça à segurança.

⁶ SE Asiático: Tailândia, Singapura, Vietnã, Laos, Camboja, Filipinas, Indonésia, Malásia, Mianmar, Brunei e Timor-Leste.

- Zona Contígua: A CNUDM permite que o Estado costeiro mantenha sob seu controle uma área de até doze milhas náuticas, adicionalmente às doze milhas do mar territorial, para o propósito de evitar ou reprimir as infrações às suas leis e regulamentos aduaneiros, fiscais, de imigração, sanitários ou de outra natureza no seu território ou mar territorial.
- Águas interiores: Sobre suas águas interiores, além de jurisdição idêntica à do mar territorial, o Estado costeiro pode até mesmo impedir a passagem inocente. Consideram-se águas interiores os mares completamente fechados, os lagos e os rios, bem como as águas no interior da linha de base do mar territorial. As águas arquipelágicas no interior das ilhas mais exteriores de um Estado arquipelágico (como a Indonésia ou as Filipinas) também são consideradas águas interiores.
- Zona econômica exclusiva (ZEE): A ZEE é uma faixa de água que começa no limite exterior do mar territorial de um Estado costeiro e termina a uma distância de 200 milhas náuticas (370 quilômetros) do litoral (exceto se o limite exterior for mais próximo de outro Estado) na qual o Estado costeiro dispõe de direitos especiais sobre a exploração e uso de recursos marinhos.



FIGURA 5 – Mar do Sul da China e as ZEE de cada país
Fonte: <https://medium.com/@mauriciosantoro1978>

Segundo Pereira (2004) a importância estratégica e econômica dessa região dificilmente pode ser ignorada, como atestam os seguintes dados:

- As rotas marítimas que ligam o Nordeste Asiático, a zona Ocidental do Pacífico ao Oceano Índico e ao Oriente Médio atravessam o Mar do Sul da China;
- Mais de 40.000 navios – representando mais de metade da tonelagem total a nível mundial – circulam anualmente no Mar do Sul da China, um volume de tráfego duas vezes superior ao do Canal do Suez e três vezes superior ao do Canal do Panamá;
- Cerca de 15% do volume total do comércio mundial transita pelas Rotas Marítimas de Comunicação do Sudeste Asiático;
- Mais de 80% do petróleo com destino ao Japão, Coreia do Sul e Taiwan é transportado via Mar do Sul da China;
- Cerca de 2/3 do abastecimento de recursos energéticos pela Coreia do Sul e mais de 60% por parte do Japão e de Taiwan transitam anualmente pela região do Sudeste Asiático.

Ademais ressalta-se que esta área possui grandes reservas de recursos energéticos, dentre os quais se sobressaem o petróleo e gás natural, aumentando o

interesse de países como a China que é altamente dependente dessas commodities para manter sua pujante economia.

Em relação as reivindicações de soberania sobre o Mar do Sul, China, Taiwan e o Vietnã pleiteiam a totalidade da área, à medida que Filipinas, Malásia e Brunei reivindicam algumas zonas, perfazendo um total de seis países em disputas territoriais. Seguidamente, Pereira (2004) apresenta-se uma síntese das áreas reivindicadas pelos diversos países:

- Brunei: as suas pretensões baseiam-se na extensão da sua zona costeira ao longo da sua plataforma continental. Existe uma sobreposição com as reivindicações da China, Malásia, Taiwan e Vietname. Dos países envolvidos, é o único que não ocupa atualmente qualquer área do MSC, o que, de alguma forma, o enfraquece em termos negociais;
- China: assegura que as origens das suas pretensões remontam à Dinastia Han (206 a.C. – 220 d.C) e à utilização do MSC por pescadores chineses desde essa data. A primeira reivindicação oficial data de um Tratado assinado com a França em 1887, mediante o qual se dividiu o Golfo de Tonkin, que Pequim interpreta como extensível a todas as Ilhas do Mar do Sul da China. Atualmente ocupa 8 ilhas e reivindica todas;
- Filipinas: baseia as suas pretensões no que designa por Ilhas Kalayaan e a sua proximidade ao território filipino, e na ocupação e desenvolvimento económico destas ilhas alegadamente inexploradas, descobertas por marinheiros filipinos. Sobrepõe-se às pretensões da China, Malásia, Taiwan e Vietname. Atualmente ocupa 8 ilhas e reivindica a quase totalidade;
- Malásia: baseia-se numa plataforma continental que se projeta para além da sua costa e inclui ilhas e atóis a Sul e Leste das Spratly. As suas pretensões sobrepõem-se às da China, Taiwan e Vietnã, e também alguns recifes e bancos no caso das Filipinas. Atualmente ocupa 6 e reivindica 12;
- e
- Taiwan: equivalem, grosso modo, às pretensões da China, ou seja, reivindica a totalidade das ilhas do Mar do Sul. Atualmente ocupa Itu Aba, a maior das ilhas Spratly;
- Vietnã: reivindica igualmente a totalidade da área, defendendo que ganhou soberania sobre as Spratly e as Paracel após a independência da França. Atualmente ocupa 25 do total.



FIGURA 6 – Área reivindicada pela China
Fonte: www.defesaaeronaval.com.br

4.4.1 Últimos acontecimentos

Entre as áreas disputadas estão as Ilhas Spratly, um arquipélago de centenas de recifes de corais, ilhotas, atóis e bancos de areia. Elas são reclamadas por China, Taiwan, Vietnã, Filipinas e Brunei. Já as Ilhas Paracel são disputadas entre China, Taiwan e Vietnã. Desde 2012, todas as Ilhas Paracel estão sob controle da China. No caso das Ilhas Spratly, oito são controladas pela China e 29 pelo Vietnã. Outras oito são controladas pelas Filipinas. Malásia, Brunei e Taiwan também controlam algumas ilhas desse arquipélago (WITGEN, 2017).

Desde 2012, todas as Ilhas Paracel estão sob controle da China. No caso das Ilhas Spratly, oito são controladas pela China e 29 pelo Vietnã. Outras oito são controladas pelas Filipinas. Malásia, Brunei e Taiwan também controlam algumas ilhas desse arquipélago (WITGEN, 2017).

As Filipinas protestam contra escavações chinesas no Mar da China Meridional, para a formação de ilhas artificiais, e contra a construção de faróis, portos e uma pista de pouso. Imagens de satélite divulgadas pelos EUA mostram que a China está ampliando também sua presença militar na região. Segundo o centro de estudos CSIS, as imagens mostram que a China estacionou mísseis de defesa aérea e outros sistemas militares em todas as sete ilhas artificiais que construiu no Mar da China Meridional (WITGEN, 2017).



FIGURA 7 – Ilhas artificiais construídas pela China nas Ilhas Spratly
Fonte: www.defesaaeronaval.com.br

Em 2015, o Tribunal Permanente de Arbitragem (TPA), sediado em Haia, aceitou assumir um litígio entre as Filipinas e a China sobre as ilhas em disputa no

Mar do Sul da China. Com a decisão, o tribunal rejeitou o argumento de Pequim de que a disputa está além da jurisdição do tribunal. Numa derrota jurídica para os chineses, o tribunal rejeitou a alegação da China de que a disputa era sobre sua soberania territorial e disse que audiências adicionais serão realizadas para decidir o mérito dos argumentos das Filipinas (DW, 2015).

A China boicotou o processo. Pequim diz ter soberania sobre quase todo o Mar da China Meridional, descartando reivindicações de partes dele de Vietnã, Filipinas, Taiwan, Malásia e Brunei. O tribunal decidiu que tem autoridade para ouvir sete das reivindicações das Filipinas no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e a decisão da China de não participar "não impede o tribunal da jurisdição" (DW, 2015) .

China e Estados Unidos se acusam mutuamente de estarem militarizando o Mar da China Meridional, e a imprensa chinesa ligada ao Partido Comunista já ameaçou com guerra se os Estados Unidos bloquearem o acesso a ilhas (WITGEN, 2017).

Esses contenciosos estão levando a um aumento no efetivo militar na região, principalmente por parte de China e EUA, que com suas marinhas e forças aéreas, utilizam a estratégia da dissuasão como: patrulhamento marítimo norte-americano, mobilização de mísseis anti-navio chinês, realização de exercícios militares por parte da China, sobrevôo de caças chineses e norte-americanos na Ilhas em litígio. Todos esses fatos em relação ao Mar do Sul da China, ocasionará uma instabilidade na região Ásia-Pacífico, contribuindo para uma nova corrida armamentista pelas principais potências envolvidas.

4.5 QUESTÕES TERRITORIAIS SOBRE AS ILHAS SENKAKU/DIAOYU⁷

A disputa pelas Ilhas Senkaku/Diaoyu remonta de 1895, durante a Primeira Guerra Sino-Japonesa, onde o Japão sagrou-se vitorioso. Com isso, foi assinado o Tratado de Shimonoseki⁸, onde o Japão impôs uma série de condições ao império

⁷ Esse arquipélago recebe diferentes denominações: Senkaku, por parte do Japão e Diaoyu, por parte da China.

⁸ O Tratado de paz de Shimonoseki foi assinado entre a China e o Japão em 17 de Abril de 1895 e pôs fim à Primeira Guerra Sino-japonesa. As principais consequências do tratado foram a transferência da soberania sobre a ilha de Taiwan da China para o Japão e o estabelecimento de um protetorado japonês sobre a Península da Coreia, na qual a China perdia toda a sua influência. Também marca mais uma etapa de perda de soberania por parte da China, assim como o declínio definitivo da Dinastia Qing, que entraria em colapso na década seguinte, acompanhada de um longo período de divisão e ocupação estrangeira. Fonte: wikipédia

Chinês, dentre eles a perda da posse das referidas ilhas. Porém, com a chegada do PCCh ao poder, sob a liderança de Mao Zedong, a China não reconhece a assinatura do referido tratado.



FIGURA 8 – Ilhas Senkaku / Diaoyu
Fonte: wikipédia

Com a derrota dos japoneses na Segunda Guerra Mundial, o país se submeteu às imposições das Conferências do Cairo⁹ (1943) e da Declaração de Potsdam¹⁰ (1945), perdendo grande parte do seu território conquistado durante o conflito. Em 1952, com a entrada em vigor do Tratado de São Francisco¹¹ o Japão renuncia oficialmente os seus direitos sobre Coreia, Formosa (Taiwan), Hong Kong (Colônia

⁹ A Declaração do Cairo foi assinada em 27 de novembro de 1943 e liberada em um comunicado através do rádio em 1 de dezembro de 1943, declarando as intenções dos aliados de continuarem implementando as forças militares, até a rendição incondicional do Japão. As três principais cláusulas da Declaração do Cairo foram que "o Japão seja despojado de todas as ilhas do Pacífico que tenha apreendido ou ocupado desde o início da Primeira Guerra Mundial em 1914", "todos os territórios que o Japão roubou dos chineses, tais como a Manchúria, Formosa e os Pescadores, serão restituídos à República da China", e que "em devido tempo", a Coreia se tornará livre e independente". Fonte: Wikipédia

¹⁰ A Declaração de Potsdam ou a Proclamação Definindo os Termos da Rendição Japonesa (não confundir com o Acordo de Potsdam) foi uma declaração publicada em 26 de julho de 1945 por Harry S. Truman, Winston Churchill e Chiang Kai-shek, que traçaram os termos da rendição do Japão, conforme acordado na Conferência de Potsdam. A declaração estipulava que se o Japão não se rendesse, encararia "pronta e total destruição". Tal declaração não foi aceita e seu resultado foi o ataque das bombas nucleares litle-boy (urânio-235) e fat-man (plutônio) as cidades de Hiroshima e Nagasaki, fazendo assim com que o Japão se rendesse. Fonte: Wikipédia

¹¹ Cabe ressaltar que nem a nacionalista República da China nem a comunista República Popular da China foram convidados à conferência da paz de São Francisco e consequentemente nenhuma assinaram este tratado. Fonte: Wikipédia

do Reino Unido) as Ilhas Curillas, Ilhas Pescadores, Ilhas Spratly, Antártida e a Ilha de Sacalina.

Outro ponto importante a ser salientado foi a assinatura, em 1952, do Tratado de Mutua Cooperação e Segurança firmado entre os Estados Unidos e Japão, que coloca incondicionalmente os EUA como aliado e defensor do Japão no caso de ataque (MEDEIROS, 2015). Segundo o acordo nipo-americano de segurança, ambas as partes consideram qualquer agressão militar contra o aliado como uma ameaça à própria segurança nacional.

O artigo 3º do tratado de São Francisco pôs formalmente as Ilhas Ryukyu, incluídas em Okinawa, as Ilhas Amami, Miyako, e o grupo das Ilhas Yaeyama sob responsabilidade dos Estados Unidos. As Ilhas Amami foram cedidas de volta ao Japão em 25 de dezembro de 1953 e em 1969 uma negociação entre Estados Unidos e Japão transferiu a autoridade sobre as Ilhas Ryukyu para o Japão sendo implementada em 1972. Em 1972 a “reversão” americana das Ilhas Ryukyu aconteceu junto com a transição do controle das desabitadas Ilhas Senkaku sem tomar posição sobre o ultimato de soberania das ilhas reivindicado pela República da China e da República Popular da China.

Além da pesca, a descoberta de óleo e gás natural em 1969 pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a Ásia e o Extremo Oriente (ECAFE), relata a possibilidade da existência de depósitos de hidrocarbonetos nas profundezas próximas ao arquipélago Senkaku/Diaoyu, o que promovem o aumento das disputas (MINISTÉRIO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO JAPÃO, 2012, Apud Medeiros, 2015). Logo com as afirmações japonesas sobre a soberania nas ilhas, temos também em 1971, tanto da China comunista, como de Taiwan com seus refugiados nacionalistas, demandas internacionais sobre o direito a soberania das ilhas Senkaku/Diaoyu, criando-se um entrave diplomático de difícil resolução (MINISTÉRIO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO JAPÃO, 2012, Apud MEDEIROS, 2015).

Em 1978, as contestações foram atenuadas pelo Tratado Sino-japonês de Amizade e Paz, tratado este se fundamentava no aumento das relações bilaterais entre as partes na região em uma busca pela integração econômica e resoluções de conflitos. Acirraram-se os discursos junto a ONU com ações nacionalistas de ambas as partes, o Japão inicia uma campanha nacionalista em 2012 determinando a compra da ilha de seus proprietários particulares, transformando-as de bem privado

oriundos de proprietários japoneses, em bens públicos administrados pelo Estado japonês. A China em represália intensifica sua patrulha naval sobre as ilhas e logo surgem movimentos de protestos contra empresas Japonesas com unidades residentes em solo Chinês, como Honda e Panasonic (MEDEIROS, 2015).

A China protesta oficialmente em discurso junto a ONU em 28 de setembro de 2012, através de seu ministro de relações exteriores, declarando que o Japão estaria tentando subverter a lógica do Direito Internacional sobre as ilhas. Objetivando assim dificultar os trabalhos na busca por uma resolução, resolução esta que sem dúvida determinara uma mudança significativa nas fronteiras marítimas e na zona de exclusão econômica (ZEE) para ambas as nações. A figura 2 abaixo demonstra as alterações nas fronteiras marítimas de ambos os países e as possíveis reservas de petróleo e gás descobertas (MEDEIROS, 2015):



FIGURA 9 – Delimitação das fronteiras entre China e Japão

Fonte: Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/mundo/por-que-oito-ilhotasopem-china-e-japao>

Segundo a Revista Veja em sua matéria: "Por que oito ilhotas opõem China e Japão" (2012), o governo japonês após formalizar diversas reclamações contra drones (aeronaves não pilotadas) chineses que estariam infringindo o seu espaço aéreo, o governo japonês designou jatos para sobrevoar a região e retaliar o que seria uma provocação chinesa. Em outubro de 2013, o ministério da Defesa do Japão disse que derrubaria qualquer drone estrangeiro que se aproximasse do seu espaço aéreo sem autorização. Em resposta a RPC criou a "Zona de Identificação de Defesa Aérea" no Mar da China Oriental, que incluiu as ilhas Senkaku, e anunciou que iria

exigir que todos os aviões que adentrassem na zona apresentassem um plano de voo e enviassem a radiofrequência ou transponder de informações.



FIGURA 10 – Delimitação Zona de Identificação de Defesa Aérea chinesa
 Fonte: Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/mundo/por-que-oito-ilhotasopoem-china-e-japao>

Dentro desse escopo, o nível de tensão sobre a disputa das ilhas Senkaku/Diaoyu fizeram com que os litigantes mais os EUA, que não abre mão do seu apoio ao Japão, empregassem o Smart Power (ações diplomáticas e militares) como: instalações de base de radar japonês na ilha de Yonaguni (situada a 150 Km das ilhas em disputa) com intuito de vigiar os movimentos da marinha chinesa na região; o reconhecimento norte-americano da soberania japonesa sobre as ilhas; a presença VII frota da Marinha norte-americana na região, como uma tentativa de pressionar a China que está disputando com o Japão as ilhas Senkaku; navegação de navios pesqueiros chineses no entorno do arquipélago, fazendo com que o Japão concentrasse sua guarda costeira na região.

Diante desses fatos, a China demonstra através de sua “projeção pacífica”, um grande interesse em garantir um aumento de poder territorial e marítimo, sendo este fortemente lastreado pelo seu atual peso econômico, busca a sua projeção militar sobre regiões contestadas junto a CNUDM (MEDEIROS, 2015).

Os EUA tentam se colocar como mediador natural ao conflito, no entanto não recebe apoio por parte da China em seu intento, pois China o considera associado demais aos interesses japoneses, interesses estes ligados pelo compromisso de defesa firmado no “Pacto de Assistência e Segurança Mútua”, ratificado em 1952 e

como já demonstrado na ação Chinesa de projeção e fuga da contenção norte-americana. A China preserva seu interesse em garantir sua relação com o Japão na forma bilateral e assim promove uma explícita diminuição da influência norte-americana em sua área de atuação geopolítica (MEDEIROS, 2015).

O Japão ao manter sua alta dependência em tratados internacionais de auxílio e cooperação militar com EUA, encara a necessidade de uma revisão constitucional sobre a projeção de suas forças armadas, revisão esta que pode levar à diminuição do atual poder norte-americano (MEDEIROS, 2015).

4.6 A CORRIDA ARMAMENTISTA NA REGIÃO DO PACÍFICO

Diante da atual conjuntura e de um cenário prospectivo volátil, incerto, complexo e ambíguo na região Ásia-pacífico, decorrente dos focos de tensão existentes, levou a alguns países como EUA, China, Rússia, Japão, Indonésia, Filipinas e Coreia do Sul a elevarem seus gastos militares, reconfigurando uma nova corrida armamentista. Além dos antagonismos políticos supracitados, vários são os motivos que contribuem para essa assertiva, como a presença de países detentores de poder militar nuclear (EUA, Rússia, China e Coreia do Norte).

OS MAIORES ORÇAMENTOS MILITARES DO MUNDO

As 15 nações com maiores gastos no setor em 2018 (em US\$ bilhões)

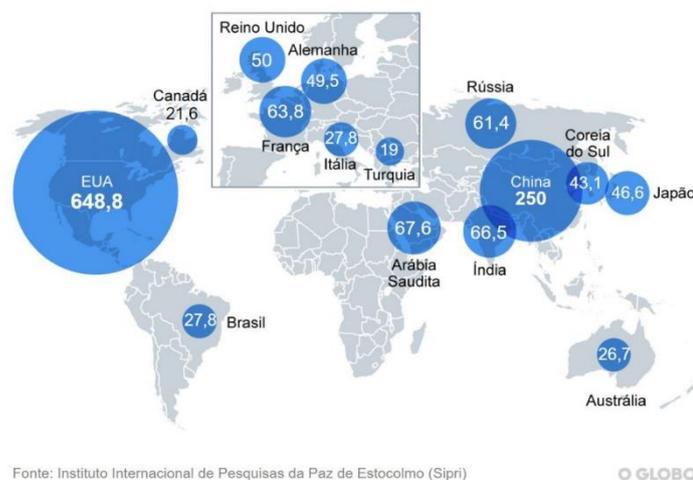


FIGURA 11 – Países com maior orçamento militar do mundo
Fonte: Instituto Internacional de Pesquisas da Paz de Estocolmo

A Rússia, mesmo não estando focada diretamente na região Ásia-pacífico é um importante ator regional, pois é o segundo país com maior poder militar mundial, podendo desequilibrar a balança de poder, principalmente se opondo as ações norte-

americanas e fornecendo apoio ao governo chinês como venda de caças Sukhoi SU-35 e mísseis terra-ar S-400.

Pequim e Moscou estreitaram significativamente suas relações bilaterais desde que Xi Jinping chegou ao poder, há seis anos. À simpatia pessoal entre o presidente chinês e seu colega russo, Vladimir Putin, se junta a coincidência de interesses estratégicos entre dois países que acreditam que uma reforma da atual ordem mundial é necessária e que veem os Estados Unidos com desconfiança. A aproximação bilateral, que começou com um caráter mais econômico, vem se expandindo para a área da defesa. Além das compras de armamento, a China participou este mês como convidada das maiores manobras militares russas desde a Guerra Fria. Xi e Putin assistiram ao início desses exercícios, no começo de uma visita do chefe de Estado chinês a Vladivostok para participar de um fórum econômico, e ressaltaram a importância da relação entre os dois países (LIY, 2018). Tudo com o objetivo do país se reerguer, nos campos político e econômico, do colapso quando do fim da Guerra Fria e a queda da ex-URSS.

Em relação a China, foi um dos países que mais investiram em suas forças armadas, sendo o segundo maior orçamento militar mundial. Isso se deve ao atual crescimento econômico e seus interesses geopolíticos e estratégico em todo o planeta. Delimitando o espaço para a região do Pacífico pode-se considerar diversos fatores para o crescimento bélico chinês: o objetivo nacional permanente de anexação de Taiwan a seu território, a soberania sobre as ilhas Senkaku/Diaoyu, Spratly e Paracel. No entanto, para que esses objetivos sejam alcançados, há a necessidade do país se contrapor com o maior poder militar mundial, os EUA, que mantém forte influência na região, com o propósito de assegurar o cinturão de contenção sobre a China, além de contar com o apoio de seu principal aliado, o Japão.

Em vista disso, o governo chinês lançou um audacioso projeto naval que visa superar a marinha norte-americana e controlar o Pacífico até 2030. Segundo LIMA (2018), a China está em um processo acelerado de desenvolvimento e expansão da sua capacidade militar, com a construção de porta-aviões nuclear, o projeto de produção de um destróier classe 055, que é considerado o navio mais avançado dentre as forças navais na Ásia; os navios chineses em breve serão equipados com um canhão que usa energia eletromagnética e dispara projéteis a uma "velocidade

destruidora", capaz de atingir um alvo a 199 km de distância a uma velocidade de até 2,5 km por segundo.

Além disso, cabe destacar a produção de bombardeiros H-6k, também com capacidade nuclear; mísseis hipersônico Xingkong-2, capaz de alcançar 30 km de altura e uma velocidade de até 7.344 km/h; e a produção da "mãe de todas as bombas", um projeto de míssil que mede de 5 a 6 metros de comprimento, semelhante a bomba americana de destruição em massa GBU-43/B com sistema de GPS, pesando cerca de 9,8 mil quilos, capaz de destruir completamente alvos como edifícios fortificados e outras construções de defesa.



FIGURA 12 – A MOAB, ou 'mãe de todas as bombas', faz parte do arsenal da Força Aérea dos Estados Unidos, semelhante ao protótipo chinês.
Fonte: www.bbc.com

Outro aspecto de grande importância diz respeito a remilitarização do Japão. O país não possui forças armadas e sim Forças de Autodefesa (FAJ), que foram instituídas após o fim da ocupação norte-americana durante a Segunda Guerra Mundial. No período da Guerra Fria, a atuação das FAJ ficou limitada na segurança das ilhas japonesas, não podendo suas tropas serem empregadas em território estrangeiro. As FAJ possuem os seguintes ramos militares: Força Terrestre de Autodefesa, Força Marítima de Autodefesa e Força Aérea de Autodefesa. Sua política de defesa (OVERVIEW OF JAPAN ' S DEFENSE POLICY, 2007) é pautada nos seguintes pressupostos:

1. Manter uma política exclusivamente orientada para a defesa.
2. Evitar se tornar uma potência militar que possa causar ameaça ao mundo.
3. Evitar o desenvolvimento de armas nucleares, e recusar-se a permitir que armas nucleares entrem em território japonês.
4. Assegurar o controle civil das forças armadas.
5. Manter acordos de segurança com os Estados Unidos.
6. Ampliar as capacidades de defesa dentro de limites moderados.
7. O orçamento militar do Japão deve ser mantido a um patamar de apenas 3% do orçamento total do país

Entretanto, as tensões na região, o crescimento bélico chinês, a ameaça nuclear e os testes de mísseis norte-coreano, fez com que o parlamento japonês derrubasse, em 2016, a lei pacifista, configurada pelo Artigo 9º da sua Constituição (1946), que afirmava:

Artigo 9. Aspirando sinceramente a paz mundial baseada na justiça e ordem, o povo japonês renuncia para sempre o uso da guerra como direito soberano da nação ou a ameaça e uso da força como meio de se resolver disputas internacionais.

Com a finalidade de cumprir o objetivo do parágrafo anterior, as forças do exército, marinha e aeronáutica, como qualquer outra força potencial de guerra, jamais será mantida. O direito a beligerância do Estado não será reconhecido.

Com isso, o Japão pode empregar suas tropas no estrangeiro, como em missões de paz e potencializar seus gastos com a defesa, vindo a diminuir sua dependência com os EUA, devido ao Tratado de Assistência e Cooperação Mútua.

Segundo a revista *Veja* (2018), o primeiro-ministro Shinzo Abe quer aumentar o orçamento militar para 47 bilhões de dólares em 2019, para investir em um sistema antimísseis e na compra de armamento pesado. Ademais o Ministério da Defesa pretende ainda comprar o míssil interceptador SM-3 Block IIA, desenvolvido conjuntamente pelo Japão e pelos Estados Unidos.

Também estão previstas a atualização dos caças F-15 e a compra de seis F-35, além de navios adaptados para o lançamento de mísseis. Os militares pretendem reservar 830 milhões de dólares para projetos contra ciberataques. As aquisições de material bélico dos Estados Unidos em 2019, conforme o projeto de orçamento militar, deverão crescer 70%. Será um fator importante para aliviar as queixas de Washington sobre seu déficit comercial com o Japão e para evitar novas medidas restritivas à importação americana de produtos japoneses (JAPÃO QUER ORÇAMENTO MILITAR RECORDE PARA 2019, 2018).

No tocante aos EUA, é a maior potência militar do mundo com o orçamento girando em torno de 648 bilhões de dólares, fazendo com que o mesmo tenha capacidade de se projetar militarmente em todo o globo. Na região do Pacífico, os norte-americanos mantêm sua influência na região, tendo como principais aliados o Japão, Austrália e Coreia do Sul. Os EUA utilizam a estratégia da dissuasão e do Smart Power, por meio do patrulhamento marítimo da VII Frota Naval, realização de exercício combinados com Coreia do Sul e Filipinas, além da venda de armas para o

Japão e Vietnã. Tudo com objetivo de criar um cinturão de contenção ao redor da China, bem como se contrapor aos ideais de reerguimento da Rússia no contexto internacional.

4.7 CONCLUSÃO PARCIAL

Conclui-se parcialmente que os focos de tensão na região do Pacífico causam grande instabilidade no tabuleiro geopolítico mundial. O que se percebe é um interesse tanto chinês quanto russo de diminuir a hegemonia norte-americana no cenário mundial.

Pode-se notar também que, na maioria dos atritos na região tem a participação, direta ou indiretamente, em lados opostos, de China e EUA, nas quais “lutam” pelos seus interesses, utilizando políticas de estratégias (dissuasão e contenção) e alianças formando dois blocos: o primeiro constituído pelos EUA, Japão, Taiwan e Coreia do Sul e o segundo pela China, Rússia e Coreia do Norte.

Outro ponto importante considerado no referido trabalho foi repercussão do Programa Nuclear norte-coreano, onde um país de relativa “insignificância” geopolítica tornou-se o foco das atenções, por meio dos testes de mísseis balísticos, causando um rearmamento do Japão, face a essa ameaça.

Portanto, os focos de tensão da região do Pacífico mudaram o centro de gravidade da geopolítica mundial, o que pode causar reflexos econômicos e políticos para os países que possuem relações com os atores estatais supracitados. Dessa forma, o Brasil, aliado político dos EUA e tendo como principal parceiro econômico a China, poderá ter sua economia afetada diante dessa instabilidade regional.

5. AS RIVALIDADES POLÍTICO-ECONÔMICA ENTRE OS EUA E A CHINA

5.1 ANTECEDENTES

O início das relações entre os EUA e a China datam do final do século XIX, onde ambos se encontravam em situações político-econômicas distintas. Enquanto aquele caminhava rumo ao desenvolvimento, após a expansão territorial para o oeste e a reconstrução pós-guerra civil americana, iniciando sua revolução industrial e o imperialismo na América Latina e Ásia Oriental, vindo a tornar-se um estado

protagonista no cenário mundial; este se encontrava no período conhecido como “século da humilhação¹²”, se submetendo ao imperialismo europeu e japonês.

Depois de manter uma relação comercial vantajosa com os chineses na segunda metade do século XIX, os Estados Unidos se acostumaram a atuar nas muitas situações de conflitos internos que se sucederam na China ao longo do século XX. Em 1900, a marinha americana foi decisiva na proteção de grupos favoráveis aos cristãos ocidentais, atacados pela revolta dos boxers¹³, um grupo nacionalista que questionava a intromissão estrangeira nos negócios da China. Os boxers, que contavam com o apoio do imperador Guangxu, foram derrotados e o governo local, forçado a pagar uma indenização às potências ocidentais. Desgastada, a dinastia Qing, que governava desde o século XVII, seria derrotada em 1912, quando o país se tornou uma república (CORDEIRO, 2017).

Em 1925, os americanos decidiram reverter todas as parcelas do pagamento da indenização resultante da Revolução Boxer para a China Foundation, uma organização que deveria investir na educação das crianças chinesas. Com a chegada ao poder do grupo liderado por Chiang Kai-shek, os Estados Unidos se tornaram parceiros do governo local – foram os americanos os primeiros a reconhecer o novo governo, em 1928: eles forneceram ajuda financeira na década de 1930 e deram apoio à guerra contra os comunistas liderados por Mao Zedong (CORDEIRO, 2017).

Com a eclosão da Revolução Chinesa e a assunção do PCCh ao poder, o governo norte-americano não reconheceu a República Popular da China, fundada por Mao e declarou que a verdadeira China tinha como sede a ilha de Taiwan, sob o governo de Chiang Kai-shek (República da China).

A chegada de Mao ao poder esfriou as relações entre os dois países. Mao, que se dizia um discípulo do ditador soviético Josef Stalin, rapidamente colocou a China dentro da esfera de influência soviética. E a Guerra da Coreia, na década de 1950, posicionou o norte, apoiado pela China, contra o sul, financiado pelos americanos (CORDEIRO, 2017).

¹² O século de humilhação, também referido como os cem anos de humilhação nacional e termos semelhantes, refere-se ao período de subjugação que a China sofreu sob o imperialismo, tanto ocidental como japonês.

¹³ A Guerra (ou revolta) dos Boxers foi um levante popular anticristão e antiocidental de carácter xenófobo e tradicionalista, ocorrido em praticamente todas as províncias do norte da China entre o final de 1899 e 1900. Essa revolta aconteceu durante a Dinastia Qing, com o objetivo de expulsar os estrangeiros dos territórios chineses.

Após a morte de Stalin em 1953 e a ascensão de Nikita Krushev, houve um arrefecimento das relações diplomáticas entre China e URSS, devido a divergências político-ideológicas. Segundo Kissinger (2011), em 1955, a China se recusou a fazer parte do Pacto de Varsóvia¹⁴, que foi um pacto de defesa mútua que envolveu a União Soviética e países do Leste Europeu para se contrapor à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Este fato ocasionou a reaproximação entre os norte-americanos e chineses, materializado em 1972, quando Richard Nixon foi o primeiro presidente dos EUA a visitar o país asiático.

Essa relação sino-americana recente teve origem, em 1972, com a aproximação dos Estados Unidos, sob o governo Richard Nixon, com a China comunista, e foi uma decorrência da estratégia americana de isolamento da URSS. O status chinês de aliado americano no sistema mundial perdurou até o fim do bloco comunista; a partir de então a China passou rapidamente à condição de concorrente (LEÃO, PINTO, ACIOLY, 2011, p. 22).

Ainda no período da Guerra Fria, as relações entre as nações foram estreitadas quando em 1979, o líder do PCCh Deng Xiaoping visita os EUA, constituindo uma parceria estratégica:

Aproximação dos Estados Unidos com a China comunista como um dos elementos da estratégia americana para contrapor o avanço da URSS. As relações diplomáticas foram restabelecidas em janeiro de 1979, na visita do vice-presidente chinês Deng Xiaoping aos Estados Unidos. Esse processo gerou uma série de acordos bilaterais no campo científico, econômico e cultural (LEÃO; PINTO, ACIOLY, 2011, p. 23).

Durante o final do século XX até a década de 2010, as relações entre os países permaneceram estáveis. No entanto, devido as crises econômicas de 1995 e 1997, no Japão e no sudeste asiático, respectivamente, e de 2008, iniciada nos EUA e que assolou todo o mundo, a China passou a ser um dos principais atores no cenário internacional, tendo em vista o rápido crescimento econômico na casa dos 10% ao ano, levando a um acirramento nas disputas comerciais:

Com a desvalorização da moeda japonesa em relação ao dólar, a partir de 1995, e com o colapso financeiro do Sudeste Asiático de 1997, o modelo de crescimento sincronizado e integrado dos “gansos voadores” se fragiliza e a China começa a emergir, cada vez mais, como o centro da dinâmica asiática, articulada aos Estados Unidos. A manutenção de sua taxa nominal de iuane em relação ao dólar e o lançamento de um programa de obras públicas e de investimento possibilitaram a aceleração da acumulação

¹⁴ O Pacto de Varsóvia foi uma aliança militar formada em 14 de maio de 1955 pelos países socialistas do Leste Europeu e pela União Soviética, países estes que também ficaram conhecidos como bloco do leste. O tratado correspondente foi firmado na capital da Polônia, Varsóvia, e estabeleceu o alinhamento dos países membros com Moscou, estabelecendo um compromisso de ajuda mútua em caso de agressões militares e legalizando na prática a presença de milhões de militares soviéticos nos países do leste europeu desde 1945.

de riqueza e poder chinês na Ásia, em um contexto em que vários países da região foram fortemente afetados pela crise (LEÃO; PINTO, ACIOLY, 2011, apud MEDEIROS, 2008).

A crise asiática por si só não foi o fator da ascensão regional chinesa, mas sim uma oportunidade, pois, na verdade, a ampliação do poder econômico e político da China na região foi uma decorrência de sua estratégia de crescimento, centrada no desenvolvimento econômico e na modernização da indústria, que nasceu a partir das reformas iniciadas em 1978 e que teve em Deng Xiaoping seu principal idealizador (LEÃO; PINTO, ACIOLY, 2011, p. 28).

Os atentados de 11 de setembro de 2001 significaram uma nova reaproximação das relações políticas entre a China e os Estados Unidos, ao longo da década de 2000, que perdurou até a crise internacional de 2008. Esta reaproximação foi possível com o apoio chinês na empreitada americana de combate ao terrorismo internacional, sobretudo no Afeganistão e Iraque, e com a assinatura do presidente George W. Bush do acordo de apoio americano ao ingresso da China na OMC. Após a crise internacional de 2008, contudo, essa aproximação política passou a enfrentar sérias conturbações, devido à elevação das tensões comerciais – “guerra cambial” e elevados déficits americanos com a China –, em um contexto em que a economia americana apresenta baixo crescimento do produto e elevado desemprego (LEÃO; PINTO, ACIOLY, 2011, p. 33).

No plano das relações econômicas entre China e Estados Unidos, verificou-se que os fluxos comerciais e financeiros durante a década de 2000 aproximaram ainda mais as economias desses dois países devido à maior integração produtiva em curso. Parece que a crise internacional de 2008 acelerou o processo de integração econômica entre esses dois países, reforçando a importância do eixo sino-americano em suas complementaridades econômicas – comercial, produtiva e financeira. Por um lado, a crise internacional também provocou o aumento da competição entre os Estados Unidos e a China pela acumulação de poder mundial (LEÃO; PINTO, ACIOLY, 2011, p. 33).

Em suas histórias, só recentemente a China e os Estados Unidos vieram a participar plenamente do sistema internacional de Estados soberanos. A China acreditou ser uma entidade ímpar, cuja realidade estava contida em grande medida no interior dos seus próprios limites. Os Estados Unidos também se consideram ímpar — ou seja, “excepcional” —, porém com uma obrigação moral de apoiar seus valores ao redor do mundo por motivos que iam além da *raison d’État*¹⁵. Duas

¹⁵ O bem-estar do Estado justifica uso de quaisquer meios, o seu interesse está acima de ideologias, religião ou qualquer outra linha de pensamento, ou seja, o Estado está acima de qualquer coisa. A

grandes sociedades de diferentes culturas e com diferentes premissas estão passando ambas por ajustes internos fundamentais; se este fato irá se traduzir em rivalidade ou numa nova forma de parceria é algo que irá influir de forma crucial nas perspectivas para a ordem mundial do século XXI (KISSINGER, 2015).

5.2 RIVALIDADES POLÍTICAS

As rivalidades entre os EUA e a China alcançaram o ápice a partir da segunda década do século XXI, quando o país norte-americano viu sua hegemonia política e econômica ameaçada pelo forte crescimento chinês.

A China é, seguramente, a melhor candidata a superpotência no século XXI, superando, ou, ao menos, igualando o poder dos Estados Unidos. Ela tem uma base territorial e demográfica imensa, dispõe de armas nucleares e forças militares substanciais, sua economia cresce em ritmo acelerado e seu poder cultural e diplomático é grande, com assento, inclusive, no Conselho de Segurança da ONU (BERTONHA, 2008).

Tanto os Estados Unidos como a China são pilares indispensáveis da ordem mundial. De modo notável, historicamente ambos têm dado mostra de uma atitude ambivalente em relação ao sistema internacional do qual agora são peças fundamentais, afirmando seu compromisso com o sistema, ainda que mantenham restrições quanto a aspectos de sua estrutura. A China não tem em sua história um precedente para o papel que é solicitada a desempenhar na ordem do século XXI, na condição de um grande estado entre outros. Nem os Estados Unidos contam com a experiência de interagir em bases permanentes com um país de tamanho, alcance e desempenho econômico comparáveis, que adote um modelo de ordem doméstica claramente diferente (KISSINGER, 2015).

As formações cultural e política dos dois lados divergem em aspectos importantes. O enfoque americano em relação à política é pragmático; o da China é conceitual. Os Estados Unidos nunca se viram sob a ameaça de um vizinho poderoso; a China nunca esteve sem um vizinho poderoso nas suas fronteiras. Os americanos sustentam que para todo problema há uma solução; os chineses pensam que cada solução é um ingresso para toda uma nova série de problemas. Os americanos buscam um resultado que seja uma resposta às circunstâncias imediatas; os chineses se concentram na mudança dentro de uma perspectiva

raison d'état estabelecia que, para o bem do Estado não importava os meios utilizados e o equilíbrio de poder defendia que cada estado deveria cuidar de seus interesses e não mais ter um monarca universal.

evolutiva. Os americanos esboçam um programa com itens práticos, que possam ser “entregues”; os chineses estabelecem princípios gerais e analisam aonde todos eles irão conduzir. O pensamento chinês é moldado em parte pelo comunismo, mas adota numa medida cada vez maior um modo de pensar tradicionalmente chinês; os americanos não se mostram intuitivamente familiarizados com nenhum dos dois.

Diante do atual cenário geopolítico, os principais aspectos da rivalidade política na região do Pacífico são: as divergências sobre a questão de Taiwan, as relações diplomáticas com outros países, o rearmamento militar chinês e a disputa pelo controle dos mares e rotas de navegação.

A Questão de Taiwan, conforme foi citado no capítulo anterior, é um dos pontos mais sensíveis das relações entre os dois atores estatais, onde a China não admite em hipótese alguma a interferência dos norte-americanos naquela região. No entanto, alguns fatos como a passagem de navios norte-americanos no Estreito de Taiwan em 2019 e a venda de armas para a ilha asiática, colocaram em risco a interação sino-estadunidense. Segundo a revista DefesaNet (2019):

Os Estados Unidos enviaram dois navios da Marinha para o Estreito de Taiwan na segunda-feira, e os militares dos EUA estão aumentando a frequência de sua movimentação pela rota marítima estratégica apesar da oposição da China.

A viagem cria o risco de elevar as tensões com a China, mas provavelmente será vista pela auto administrada Taiwan como um sinal de apoio do governo Trump em meio ao atrito crescente entre Taipei e Pequim.

A manobra coincidiu com o momento em que o presidente dos EUA, Donald Trump, disse que seu país e a China estão “muito, muito próximos” de um acordo para encerrar uma guerra comercial de meses que freou o crescimento global e transtornou os mercados.

A passagem da Marinha dos EUA pelo Estreito de Taiwan também ocorreu poucos dias antes de uma cúpula entre Trump e o líder da Coreia do Norte, Kim Jong Un.

De acordo com a Revista Exame (2019) o governo norte-americano elaborou um projeto de venda de 2,2 bilhões de dólares em armas para Taiwan, que inclui 108 tanques Abrams M1A2T e cerca de 250 mísseis Stinger. Este fato foi totalmente repudiado pelo governo chinês, vindo a aumentar significativamente a pressão diplomática sobre Taipei.

Cabe ressaltar ainda o apoio do Japão (principal aliado norte-americano na Ásia) a manutenção do governo taiwanês. Segundo Dornelles (2006):

Para o Japão, a questão de Taiwan é também fundamental, a ponto de definir como prioridade em sua política externa a defesa daquele país. Para o Japão é essencial tornar claro a Pequim ser intolerável um projeto de hegemonia chinesa na Ásia, uma hegemonia que passa pela retomada de Taiwan, seguido de uma política de cerco ao arquipélago nipônico. Hegemonia iniciada pela neutralização de Taiwan, não forçosamente por

uma ação militar direta, mas pela criação de condições que possibilitem o controle das vias de acesso e do espaço aeronaval em torno da ilha, o que alterará todo o equilíbrio regional.

No tocante as relações diplomáticas com outros atores asiáticos no Pacífico, percebe-se como principal aspecto a aproximação entre a Rússia e a China para se contrapor aos EUA, principalmente em questões que envolvam o Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde todos são membros permanentes com poder de veto¹⁶. Alguns fatos materializam essa assertiva como o pedido de Rússia, China e Coreia do Norte à ONU a respeito das sanções dos EUA a Pyongyang, o veto desses países no que se refere a uma ação militar ocidental na Síria e mais um veto a respeito do projeto de resolução dos EUA sobre a crise na Venezuela:

Rússia e China vetaram um projeto de resolução apresentado pelos Estados Unidos na ONU que exigia a realização de eleições “justas” na Venezuela, mas uma contraproposta de Moscou também naufragou ao não obter os votos necessários. As fracassadas votações deixaram em evidência a divisão entre as potências mundiais na ONU sobre o caminho a seguir na Venezuela, mergulhada numa grave crise política e com sua economia em colapso (EXAME, 2019).

O Conselho de Segurança das Nações Unidas decidiu rejeitar a proposta da Rússia de condenar a ação militar ocorrida nesta madrugada coordenada pelos EUA, com forças do Reino Unido e França, a instalações de produção de armas químicas na Síria. Apenas três países – Rússia, China e Bolívia – votaram a favor da resolução durante a reunião de emergência com os 15 membros do conselho, convocada pela Rússia neste sábado. Oito países votaram contra a proposta e três se abstiveram. A resolução precisa de pelo menos nove votos a favor para ser aprovada (EXAME, 2018).

Rússia, China e Coreia do Norte consideraram necessário que o Conselho de Segurança da ONU inicie a revisão das sanções contra Pyongyang, tendo em conta os “grandes passos” que o regime norte-coreano deu para a desnuclearização, segundo uma declaração conjunta dos ministérios das Relações Exteriores desses três países divulgada em Moscou (EXAME, 2018)

No que concerne a disputa por áreas de influência e rotas de navegação, observa-se uma elevação dos gastos militares e a conseqüente potencialização das forças navais chinesas. Este fato pode se configurar em uma ameaça a hegemonia naval norte-americana.

¹⁶ O poder de veto do Conselho de Segurança das Nações Unidas refere-se ao poder de veto exercido exclusivamente pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (China, Estados Unidos, França, Rússia e Reino Unido), permitindo-lhes evitar a adoção de qualquer projeto "adicional" pela Resolução do Conselho, independentemente do apoio internacional para o projeto. O veto não se aplica aos votos processuais, o que é significativo na medida em que os membros permanentes do Conselho de Segurança podem votar contra um projeto de resolução "processual", sem necessariamente bloquear a sua aceitação pelo Conselho. O veto é exercido por qualquer membro permanente do chamado "P5". A abstenção ou a ausência do voto por um membro permanente não impede que um projeto de resolução seja aprovado.

A China, hoje, é uma das principais potências militares do mundo, com milhões de homens em armas. Apesar do grosso do seu material ser ainda obsoleto, as forças armadas chinesas estão adquirindo grandes quantidades de armamento moderno da Rússia e procurando melhorar o treinamento das tropas. Ano após ano, o orçamento militar chinês aumenta (já sendo o segundo do mundo, se incluirmos os prováveis gastos camuflados) e a qualidade das suas forças armadas também. Os militares chineses ainda não podem competir com as forças dos Estados Unidos e muito menos projetar poder muito longe de suas fronteiras. Mas, em caso de uma crise séria, poderiam enfrentar os americanos nas vizinhanças de Taiwan, com alto potencial de danos (BERTONHA, 2008).

Segundo Lima (2018), a China possui um audacioso plano naval tendo como objetivo superar os EUA e controlar o Pacífico até 2030. Esse plano consiste em na construção de porta-aviões, destróieres e aviões de caça. Segundo o relatório apresentado ao Congresso americano, a armada chinesa já supera a dos Estados Unidos em alguns aspectos. Pequim conta com 330 navios e 66 submarinos sob seu comando, enquanto os americanos têm 211 navios e 72 submarinos. De acordo com os cálculos, a China chegará a 450 navios e 99 submarinos em operação até 2030, enquanto os Estados Unidos chegarão a um total de 355 embarcações. Lima ainda destaca que um dos principais objetivos seria manter o controle estratégico no Mar do Sul da China e no Estreito de Taiwan, além de fazer frente ao poderio naval de outras potências, em especial a VII frota norte-americana.

5.3 RIVALIDADES ECONÔMICAS

Um dos principais fatos que contribuíram para a aproximação econômica entre os dois países, se deu no ano de 1979, onde o secretário-geral do PCCh e líder supremo da RPC Deng Xiaoping realizou a abertura econômica ao mercado estrangeiro, criando o chamado “socialismo de mercado”¹⁷, além de executar

¹⁷ Socialismo de mercado refere-se a vários sistemas econômicos onde parte dos meios de produção são de propriedade pública e/ou cooperativa e operados de forma socialmente como economia de mercado. Dependendo do modelo específico, os lucros gerados por empresas de propriedade social podem ser usados para remunerar diretamente empregados, ou podem se acumular a sociedade tornando-se assim a fonte de financiamento público. Teoricamente, a diferença fundamental entre o socialismo de mercado e o socialismo é a existência de um mercado para os meios de produção e bens de capital. O Socialismo de mercado distingue-se dos modelos de economias mistas, porque ao contrário da economia mista, os modelos de socialismo de mercado são completos e de auto-regulação dos sistemas. Além disso, o socialismo de mercado é contrastado com as políticas social-democratas implementadas nas economias de mercado capitalistas. Enquanto a social-democracia visa alcançar uma maior igualdade através de impostos, subsídios e projetos de assistência social, o socialismo de

profundas reformas como a política das Quatro Modernizações, baseado nos setores agrário, indústria, ciência e tecnologia e Forças Armadas, e no estabelecimento das Zonas Econômicas Especiais (ZEE)¹⁸.

Num período menor do que o de uma geração, a China avançou a ponto de se tornar a segunda maior economia do mundo. Para acelerar ainda mais essa espetacular transformação, a China — ainda que possivelmente não por convicção — ingressou nas instituições internacionais e aceitou as regras estabelecidas da ordem mundial (KISSINGER, 2015). Isso fez com que a China alcançasse um crescimento financeiro avassalador, permitindo uma melhor aproximação com os EUA, tornando suas economias interdependentes.

Os fatores de debilidade enfrentados por ambas as nações no decorrer da década de 1970, junto ao contexto de insegurança que pairava no sistema internacional durante a Guerra Fria, foram alicerces que favoreceram a aproximação entre os EUA e a China naquele período. Os dois países obtiveram ganhos recíprocos a partir da aproximação, por meio de fortes fluxos de investimento externo norte-americano na China e posterior fluxo de exportações chinesas para os EUA. Atualmente, é inegável a conclusão de que tais países apresentam economias com grande interdependência. O conjunto formado pela expressão *“Designed in California”*, acompanhada logo abaixo por *“Assembled in China”*, impresso no verso de muitos produtos eletrônicos, parece expressar, pelo menos, uma nuance da interdependência de suas indústrias, mas não resume a relação entre os dois países. A China vem desenvolvendo a fabricação e a exportação de uma pauta de produtos cada vez mais sofisticados (CARVALHO; CATERMOL, 2009).

Por meio da relação com a China, os EUA, como estratégia de sustentação de sua posição hegemônica no cenário global, buscaram beneficiar-se de fontes de mão de obra barata como forma de redução nos custos de produção, da importação de manufaturas com custos reduzidos, além do crescente mercado interno localizado na China. Com a aproximação dos EUA, a China seria favorecida pelo fluxo comercial entre as nações, que acabaria por propiciar ganhos com o intercâmbio de

mercado faz isso por meio de mudanças nos padrões de propriedade e de gestão empresarial. Fonte: Wikipedia

¹⁸ As Zonas Econômicas Especiais constituem o principal mecanismo de abertura da economia chinesa. Foram criadas na segunda metade da década de 1970 junto ao litoral. Constituem zonas de livre comércio, estabelecidas por meio de uma legislação mais flexível, com a redução ou até mesmo a isenção de impostos. Essas medidas visam atrair investimentos estrangeiros e absorver as inovações tecnológicas desenvolvidas nos países mais avançados.

conhecimentos tecnológicos que seriam utilizados para a modernização da economia chinesa e contribuiriam para o desenvolvimento da nação. Soma-se a isso o interesse de ambas as nações em conter o avanço do poder soviético no Leste Asiático. Assim, os fatores de debilidades enfrentados pelos países favoreceram a convergência de interesses, resultando na aproximação que gerou benefícios para ambas as nações (CARVALHO; CATERMOL, 2009).

A China se tornou um dos principais parceiros comerciais dos EUA e um dos principais atores econômicos no mundo. As taxas de crescimento chinesas chamaram atenção desde a década de 1980. Já em 1985, o país alcançara uma taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) de dois dígitos e, desde então, exceto por raros anos, apresenta as mais altas taxas do mundo. Em 2007, a China alcançou o segundo lugar no ranking de países exportadores, ao vender US\$ 1,2 trilhão ao exterior; valor superado, por pouco, apenas pela Alemanha (CARVALHO; CATERMOL, 2009).

No entanto, a crise financeira norte-americana em 2008¹⁹ causou um colapso na economia mundial, onde os países desenvolvidos, principalmente os localizados no continente europeu, foram os mais afetados. Os países subdesenvolvidos emergentes embora atingidos, não chegaram a entrar em recessão. Segundo PENA [201-?]:

Os países subdesenvolvidos e, principalmente, os emergentes, tais como a China, a Rússia e o Brasil, embora sentissem uma maior dificuldade de crescimento, foram menos atingidos pela crise financeira mundial. Ao contrário dos países desenvolvidos, os emergentes não chegaram a entrar em recessão, quando a economia e a produção de riquezas começam a regredir.

A partir desse aspecto, a China aumentou seu protagonismo no cenário internacional, se tornando a segunda maior economia mundial, expandindo seu mercado em todos os continentes, vindo a ameaçar a hegemonia norte-americana. Segundo o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (2018), a partir de estratégias de longo prazo voltadas à promoção de investimentos no exterior, a China tem buscado projetar poder e influência não apenas em seu entorno regional, mas

¹⁹ A Crise econômica de 2008 foi uma conjuntura econômica global que se sentiu durante crise financeira internacional precipitada pela falência do tradicional banco de investimento estadunidense Lehman Brothers, fundado em 1850. Em efeito dominó, outras grandes instituições financeiras quebraram, no processo também conhecido como "crise dos subprimes". A Crise do subprime foi uma crise financeira desencadeada a partir da queda do índice Dow Jones motivada pela concessão de empréstimos hipotecários de alto risco, prática que arrastou vários bancos para uma situação de insolvência, repercutindo fortemente sobre as bolsas de valores de todo o mundo.

também em nível global, como a criação da Nova Rota da Seda e o Plano *Made in China 2025*.

A iniciativa da Nova Rota da Seda consiste em um grande projeto de investimentos, sobretudo nas áreas de transporte e infraestrutura. Esses investimentos deverão ser tanto terrestres, conectando a Europa, o Oriente Médio, a Ásia e a África — regiões de extrema importância geopolítica — quanto marítimos, passando pelo Oceano Pacífico, atravessando o Oceano Índico e alcançando o mar Mediterrâneo (MARTIN, 2018).

O projeto *Made in China 2025*, anunciado por Pequim em 2015, visa transformar o país, hoje uma espécie de galpão industrial do mundo, em líder tecnológico global, incluindo setores como biotecnologia, robótica, tecnologia aeroespacial e automóveis movidos com energia limpa. A estratégia pretende acabar com a defasagem tecnológica em relação ao Ocidente e levar o país ao domínio em setores industriais fundamentais (MARTIN, 2018).



FIGURA 13 – Itinerário da Nova Rota da Seda.
Fonte: www.jornaldocomercio.com

Diante desses projetos, os presidentes dos EUA Barack Obama e o atual Donald Trump passaram adotar medidas para conter o crescimento do país asiático, contribuindo para um aumento das rivalidades entre os mesmos:

As tensões entre chineses, de um lado, e americanos e europeus, do outro, cresceram nos últimos dois anos devido à postura de Pequim de permitir investimentos de empresas chinesas no setor de tecnologia dos EUA e da Europa, ao mesmo tempo restringindo o acesso a seu próprio setor de tecnologia. Acusações reiteradas de roubo de propriedade intelectual levaram Trump a impor tarifas aduaneiras às mercadorias chinesas no

montante de cerca de US\$ 50 bilhões, a entrar em vigor em julho. Trump ameaçou, ainda, adicionar outros US\$ 200 bilhões em tarifas para importações vindas da China (MARTIN, 2018).

Um aspecto que comprovou a rivalidade econômica, foi o fato do presidente Obama ter decidido, em 2015, criar um dos tratados mais relevantes para a economia global dos últimos tempos, constituído por 12 países banhados pelo Oceano Pacífico (Brunei, Chile, Nova Zelândia, Singapura, Austrália, Canadá, Japão, Malásia, México, Peru, Estados Unidos e Vietnã): o Acordo Transpacífico (TPP). Segundo Reis (2018), este acordo, que excluiu a China, tinha como objetivos, além de diminuir a influência deste na região do pacífico, os seguintes pontos:

1. O aumento da integração econômica entre seus membros, principalmente através redução de tarifas, taxas, barreiras alfandegárias e demais obstáculos à circulação de produtos, serviços e investimentos;
2. O estímulo aos investimentos internos entre os membros do bloco, para favorecer o desenvolvimento econômico dos países e aumentar a integração comercial entre eles.
3. A criação de regras comuns sobre propriedade intelectual de produtos e serviços, novas tecnologias e produção de conhecimento, para ao mesmo tempo proteger as inovações dos países-membros e estimular o desenvolvimento científico global;
4. A padronização das legislações trabalhistas dos países membros, para garantir um melhor padrão nas condições de trabalho (principalmente nos países asiáticos) e evitar a migração empresas para países com mão de obra barata;
5. O fortalecimento de políticas ambientais comuns, para garantir que os países do bloco possam alcançar um desenvolvimento econômico sustentável.

O ponto ápice dessa rivalidade econômica ocorreu em 2018, quando o presidente norte-americano Donald Trump resolveu impor tarifas aos produtos chineses. De modo semelhante, Xi Jinping sobretaxou produtos norte-americanos, dando início a uma “guerra comercial”, vindo a instabilizar as relações entre os dois países. Um dos motivos que impulsionaram este conflito financeiro foi o fato de Trump ter acusado o governo chinês de realizar manipulação cambial, ou seja, desvalorizando o Yuan em relação ao dólar, tornando os produtos chineses mais baratos e competitivos no mercado mundial e roubo de propriedade intelectual.

Donald Trump começou seus ataques aos produtos “*Made in China*” ainda durante a campanha eleitoral. Antes de ser eleito presidente dos EUA, o então candidato responsabilizava o gigante asiático pela perda de empregos industriais na América e prometeu impor tarifas de até 45% sobre os produtos chineses (KER, 2019).

Em janeiro de 2018, Trump anunciou tarifas sobre painéis solares e máquinas de lavar da China. Dois meses depois, a medida também é aplicada na importação de aço (25%) e alumínio (10%). Em abril do mesmo ano, Xi Jinping faz sua primeira retaliação e devolve o aumento de impostos em cerca de U\$ 3 bilhões de produtos norte-americanos, marcando em definitivo o início da guerra comercial (KER, 2019).

Durante a guerra comercial, houve diversas tratativas de ambos os países para o arrefecimento desta crise, junto aos organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), mas nenhuma obteve sucesso, contribuindo para aumentar o grau de instabilidade econômica no cenário mundial.

5.4 CONCLUSÃO PARCIAL

Conclui-se parcialmente que as rivalidades político-econômicas entre os EUA e China vêm gerando grande instabilidade, tanto no cenário da região Ásia-pacífico quanto mundial.

No campo político, percebe-se o choque de interesses e a busca por áreas de influência na região. Em relação ao primeiro aspecto, há a meta permanente do governo chinês no tocante a anexação de Taiwan ao seu território, fato este que se contrapõe as intenções japonesas, bem como do seu aliado estratégico norte-americano. Ademais, a aliança sino-russa vem sendo um importante aspecto na conjuntura mundial, materializado pelas resoluções junto a ONU e pela compra de equipamentos de emprego militar russo, por parte dos chineses. No que se refere ao segundo aspecto, o aumento da influência chinesa sobre as principais rotas de navegação nos Mares do Sul e Oriental da China, bem como busca pela soberania de algumas ilhas como Spratly, Paracel e Senkaku, vem levando a um rearmamento do país oriental, fazendo com que este envidasse esforços para garantir tais metas, concretizado pela repotencialização da Marinha. Dessa forma, os EUA como principal potência militar mundial, vê sua hegemonia geopolítica na região Ásia-pacífico

ameaçada, o que poderá acarretar um aumento das tensões das relações diplomáticas entre os dois países.

No que tange às rivalidades econômicas, o crescimento da China, principalmente após a crise de 2008, quando este alcançou o status de segunda maior economia mundial e teve seu mercado expandido em todo o mundo, causou um incômodo considerável nos EUA, que novamente teve sua hegemonia ameaçada, levando este a acusar o governo chinês de manipulação cambial e roubo de propriedade, o que deu origem a guerra comercial.

Portanto, essas rivalidades vêm impactando o cenário internacional, pondo risco a globalização e podendo levar o mundo a uma recessão econômica. Nesse sentido, países emergentes como o Brasil poderão sofrer reflexos diante desses fatos, pelo fato do mesmo ser aliado político dos EUA e ter como seu principal parceiro econômico a China.

6. REFLEXOS PARA O BRASIL

6.1 GENERALIDADES

O fim da Guerra Fria ao final do século XX transformou a geopolítica mundial, ou seja, o que outrora era um cenário bipolar, na atualidade se configurou em um quadro multipolar, caracterizado pelo crescimento de países emergentes como os pertencentes aos BRICS²⁰, a globalização e a revolução informacional²¹, transformando o sistema internacional.

²⁰ BRICS: A coordenação entre Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC) iniciou-se de maneira informal em 2006, com reunião de trabalho entre os chanceleres dos quatro países à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas. Desde então, o acrônimo, criado alguns anos antes pelo mercado financeiro, não mais se limitou a identificar quatro economias emergentes. O BRIC passou a constituir mecanismo de cooperação em áreas que tenham o potencial de gerar resultados concretos aos brasileiros e aos povos dos demais membros. Desde 2009, os Chefes de Estado e de governo do agrupamento se encontram anualmente. Em 2011, na Cúpula de Sanya, a África do Sul passou a fazer parte do agrupamento, acrescentando o "S" ao acrônimo, agora BRICS. Fonte: www.itamaraty.org.br

²¹ A Revolução Técnico-Científico-Informacional ou Terceira Revolução Industrial entrou em vigor na segunda metade do século XX, principalmente a partir da década de 1970, quando houve uma série de descobertas e evoluções no campo tecnológico. Essa nova etapa de produção está vinculada à inserção de uma enorme quantidade de tecnologia e informação. Essa revolução, por sua vez, está ligada diretamente à informática, robótica, telecomunicação, química, uso de novos materiais, biotecnologia, engenharia genética, entre muitos outros, que recentemente fazem parte de praticamente todos os segmentos produtivos que marcam essa etapa, assim como outros fatos marcaram as revoluções industriais do passado. Essa revolução é um dos principais combustíveis para o desenvolvimento do capitalismo moderno e especialmente do processo de globalização que visa uma flexibilidade de informações, além de um acelerado dinamismo no fluxo de capitais e mercadorias. Fonte: mundoeducação.uol.com.br

O cenário de disputa geoestratégica entre Estados Unidos, Rússia e China proporcionado pelos esforços de reposicionamento destas potências reafirma o Leste Europeu e o Nordeste Asiático como áreas sensíveis da geopolítica contemporânea. As grandes estratégias em disputa ganham feições similares à luta histórica entre potências terrestres e marítimas que, em grande medida, se desdobram historicamente na Eurásia (JÚNIOR, 2018).

Duas grandes transformações que parecem se acentuar na segunda década do século XXI desafiam os analistas do nosso tempo. A primeira é o fim da concepção de mundo "unipolar", decretado depois da Guerra Fria, pela ideia de mundo "multipolar" e que apresenta os Estados novamente fortalecidos pelo retorno da geopolítica das nações. A segunda indica que o reduzido círculo das potências mundiais, que sempre comandou o jogo internacional, está definitivamente se ampliando com o rápido crescimento dos países emergentes. E nessa movida o Brasil já tem o seu lugar (BARBOSA, 2015).

Dentro desse escopo, o Brasil, maior país sul-americano, detentor de grandes recursos naturais, tendo como ponto forte o setor agropecuário, desempenha um importante papel na região do Atlântico Sul, tanto nos campos político e econômico.

No século XX, o Brasil deu um passo enorme e sofreu uma transformação profunda e irreversível, do ponto de vista econômico, sociológico e político. No início do século, era um país agrário, com um estado fraco e fragmentado, e com um poder econômico e militar muito inferior ao da Argentina. Hoje, na segunda década do século XXI, o Brasil é o país mais industrializado da América Latina, e a sétima maior economia do mundo; possui um estado centralizado e democrático, uma sociedade altamente urbanizada – ainda que desigual – e é o principal *player* internacional do continente sul-americano. Além disso, é um dos países do mundo com maior potencial de crescimento pela frente, se tomarmos em conta seu território, sua população e sua dotação de recursos estratégicos, sobretudo se for capaz de combinar seu potencial exportador de commodities com a expansão sustentada do seu próprio parque industrial e tecnológico (PADULA; FIORI, 2016).

Tudo isso são fatos e conquistas inquestionáveis, mas que colocaram o Brasil diante de um novo elenco de desafios internacionais, e hoje, em particular, o país está enfrentando uma disjuntiva extremamente complexa. As próprias dimensões que o Brasil adquiriu, e as decisões que tomou no passado recente, colocaram o país dentro do grupo dos Estados e das economias nacionais que fazem parte do núcleo

de poder do “caleidoscópio mundial”: um pequeno número de Estados e economias nacionais que exercem – em maior ou menor grau – um efeito gravitacional sobre todo o sistema, e que são capazes, simultaneamente, de produzir um “rastros de crescimento” dentro de suas próprias regiões. Queiram ou não queiram, esses países criam em torno de si “zonas de influência”, onde tem uma responsabilidade política maior que a dos seus vizinhos, enquanto são chamados a se posicionar sobre acontecimentos e situações longe de suas regiões, o que não acontecia antes de sua ascensão. Mas, ao mesmo tempo, os países que ingressam neste pequeno “clube” dos mais ricos e poderosos têm que estar preparados, porque entram automaticamente num novo patamar de competição, cada vez mais feroz, entre os próprios membros desse “núcleo”, que lutam entre si para impor a todo o sistema os seus objetivos e as suas estratégias nacionais de expansão e crescimento (PADULA; FIORI, 2016).

O Brasil tem um papel central no desenvolvimento de projeto nacional, capaz de projetar a América do Sul nessa nova geografia econômica e política. O Estado brasileiro tem um projeto que vem sendo implementado por sucessivos governos. É possível perceber pequenas modificações na maneira de agir e na postura do governo. Pode-se afirmar que o Brasil exerce uma liderança em uma região periférica. Somos hoje a principal nação da América do Sul. Quando se observam as relações internacionais, pode-se afirmar que América do Sul não está nas rotas centrais de comércio mundial. Por isso mesmo, é que se afirma que o Brasil exerce uma posição periférica. Mas o país, dentro desse contexto de liderança, tem a possibilidade de se estruturar com os demais países que estão no espaço central por exercer grande influência nos negócios do mundo (BARBOSA, 2015).

Dentro desse intento, o Brasil é integrante de diversos fóruns, organismos, grupos e blocos, tanto político quanto econômicos, dentre os quais se destacam: a ONU (o qual busca seu lugar como membro permanente), Organização dos Estados (OEA), OMC, Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), BRICS e G-20. Ademais, o Estado Brasileiro possui relações bilaterais com os países da região Ásia-pacífico, fazendo com que os antagonismos entre as nações deste entorno gerem reflexos na política externa brasileira.

6.2 REFLEXOS NAS EXPRESSÕES POLÍTICA E MILITAR

O Brasil no aspecto fisiográfico, não possui ligação física com a região Ásia-pacífico. No entanto, nos aspectos geopolíticos e geoestratégicos, poderá sofrer impactos diante desses antagonismos, principalmente entre EUA, Rússia e China, tendo em vista que o entorno estratégico brasileiro, poderá ser alvo de disputas por áreas de influência.

Apesar do Brasil estar no hemisfério sul, na porção meridional do Crescente Externo, ou seja, na periferia geopolítica do sistema internacional; o país ainda é afetado pela reconfiguração do tabuleiro internacional (JÚNIOR, 2018).

A área do Entorno Estratégico brasileiro oferece para China e Rússia um espaço de manobra para estratégias de contra-contenção. Apesar da presença desses atores na região não a transformarem automaticamente numa zona de disputa, a atuação e alinhamento dessas potências com atores regionais opera no sentido de aliviar a pressão exercida pelos EUA na Eurásia. A geopolítica sul-americana se processa em diálogo e é influenciada pelas dinâmicas geoestratégicas internacionais, permeadas por relações de balanceamento, contenção e contra-contenção por parte de potências como EUA, Rússia e China. Como problema, essa realidade incide sobre a própria imaginação geopolítica brasileira (JÚNIOR, 2018).



FIGURA 14 – O ambiente regional e entorno estratégico brasileiro: América do Sul, América Central e Costa oeste do litoral africano
Fonte: segurancaedefesa.com.br

O Estado brasileiro, a partir do início do Séc XXI, teve uma política de aproximação para ambos os lados. De 2002 até 2016, o país manteve-se alinhado aos interesses chineses enquanto que, no corrente ano, o governo busca uma maior interação com os norte-americanos. Segundo dados da Agência Brasil (2019), essa

atual afinidade fez com que presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, designasse oficialmente o Brasil como aliado militar preferencial do país fora da OTAN. O status facilita a compra de tecnologia militar e armamentos dos EUA, entre outras vantagens.

Um reflexo que pode ser destacado que poderá afetar a política externa brasileira são as ações de China e Rússia no ambiente regional sul-americano. Segundo Júnior (2018), isso se comprova pelo apoio econômico e militar de China e Rússia ao governo venezuelano de Nicolás Maduro, sendo que o Brasil não reconhece a atual governança daquele país. Destarte, essas ações externas sobre a América do Sul poderão fragilizar a integração do subcontinente, pondo em risco a hegemonia regional brasileira.

Pode-se considerar como outro reflexo o enfraquecimento da incorporação do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), onde as divergências entre os integrantes farão com que a reforma do mesmo permaneça em um impasse, dificultando a inclusão, além do Brasil, de outras nações como Japão, Alemanha e Índia.

Ressalta-se ainda, a necessidade da manutenção da soberania brasileira, no que diz respeito a segurança das fronteiras e principalmente na defesa da Amazônia, tendo em vista a cobiça internacional por países carentes de recursos naturais, como China e EUA e o aumento dos crimes transnacionais como o tráfico de armas e de drogas. Dessa forma é de grande importância que as Forças Armadas estejam capacitadas e qualificadas para fazer frente a possíveis ameaças a integridade territorial.

A Amazônia representa um dos focos de maior interesse da defesa. A Pan-Amazônia, equivalente à totalidade da Amazônia na América do Sul, tem, em números aproximados, 40% da área continental sul-americana e detém 20% da disponibilidade mundial de água doce. A maior parcela de extensão amazônica pertence ao Brasil — cerca de 70%. O Brasil afirma sua incondicional soberania sobre a Amazônia brasileira, que possui mais de 4 milhões de km², abriga reservas minerais de toda ordem e a maior biodiversidade do planeta (BRASIL, 2012).

6.3 REFLEXOS NA EXPRESSÃO ECONÔMICA

O Brasil está entre as 10 maiores economias do mundo com um Produto Interno Bruto (PIB) em torno de US\$ 2.238 bilhões²², fazendo com que o país

²² Fonte: IBGE (www.ibge.gov.br)

participe ativamente do comércio mundial, sendo considerado como uma potência emergente.

A economia brasileira atual é diversificada e abrange os três setores: primário, secundário e terciário. O país há muito abandonou a monocultura ou o direcionamento unicamente para um tipo de indústria. Hoje é baseada na produção agrícola, o que faz do Brasil um dos principais exportadores de soja, frango e suco de laranja do mundo. Ainda é líder na produção de açúcar e derivados da cana, celulose e frutas tropicais. Igualmente, possui uma importante indústria de carne, com a criação e abate de animais, ocupando o posto de terceiro produtor mundial de carne bovina (BEZERRA, 2019).

No tocante as relações econômicas com os países da região Ásia-pacífico, o Brasil possui como principais parceiros comerciais: China (1º) e os EUA (2º). Isso mostra a importância dessas nações, fazendo com que quaisquer crises que ocorram entre os mesmos, venha afetar diretamente a economia brasileira.

Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: China



FIGURA 15 – Parceria comercial do Brasil com a China

Fonte: www.mdic.gov.br

Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: Estados Unidos



FIGURA 16 – Parceria comercial do Brasil com os EUA

Fonte: www.mdic.gov.br

Dentro deste escopo, os principais reflexos na economia brasileira são, em sua maioria, consequentes da atual guerra comercial entre os EUA e China. Os chineses compram produtos como minério de ferro, açúcar, celulose, carne bovina e de frango. Mas a soja é a principal mercadoria brasileira vendida para a China: representa 43% das exportações do último ano. As exportações de soja do Brasil para o mercado chinês representaram, em 2017, mais de US\$ 20 bilhões, de acordo com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Já os EUA importam sobretudo aviões, semimanufaturados de aço e alumínio e petróleo bruto do Brasil. As exportações brasileiras para os americanos movimentaram US\$ 26 bilhões no ano passado, segundo dados do MDIC. O valor equivale a um pouco mais da metade do que é gerado pelas exportações nacionais que seguem para a China. O ponto negativo é que essas tensões podem desacelerar o crescimento global, o que poderia prejudicar os mercados emergentes, tanto em termos de exportações, quanto em relação ao crescimento do investimento estrangeiro (DUARTE, 2018).

A sobretaxa aplicada por Trump sobre o aço afetou diretamente as siderúrgicas brasileiras. O Brasil é a segunda maior fonte de aço para os EUA, as vendas para o país representam um terço das exportações brasileiras do produto e agora estão sujeitas a uma nova tarifa de 25% (DUARTE, 2018).

Em relação a exportação de produtos agrícolas, o Brasil poderá sair beneficiado, tendo em vista o governo chinês ter sobretaxado em 25% o valor das commodities norte-americanas. Em 2018, primeiro ano da guerra comercial, as exportações brasileiras para a China cresceram 35% na comparação com 2017, gerando uma balança comercial positiva para o Brasil em US\$ 30 bilhões. A explicação para isso é simples. Com a imposição de tarifas, fica mais caro para a China comprar produtos dos EUA, e para os americanos comprarem produtos chineses. Os dois países precisam, então, procurar outros fornecedores para evitar o encarecimento das importações (DUARTE, 2018).

A soja é o principal produto agrícola que os EUA mandam para a China e corresponde a quase 10% das exportações do país. Com Pequim boicotando parte da soja americana, o agronegócio no Brasil teve lucro alto na safra passada. No último ano, a China importou, ao todo, 97 milhões de toneladas de soja, o equivalente a quase o total do consumo da produção brasileira, 119 milhões de toneladas, segundo a Embrapa, e da americana, que soma 119,5 milhões de toneladas (DUARTE, 2018).

Cabe destacar ainda como outro reflexo a desaceleração da economia brasileira, decorrente da alta cotação do dólar e da diminuição dos investimentos. Diante desse ambiente de incerteza que envolve a conjuntura internacional, a valorização da moeda norte-americana acarretará no aumento da inflação e no déficit da balança comercial, tendo em vista a alta dependência de importação de produtos de alto valor agregado. No tocante aos investidores, há o receio dos mesmos em aplicarem seus recursos em outros países, principalmente aqueles emergentes, que são mais suscetíveis as crises financeiras, o que poderá causar um abalo no mercado de ações nacional, materializado pela queda das bolsas de valores.

Se a guerra comercial se prolongar, com alta de tarifas sobre bens e serviços, é possível que tenhamos uma recessão em escala global, com retração do PIB em vários países, principalmente dos mais alinhados com a China e os Estados Unidos. Países em desenvolvimento da África, sudeste da Ásia e América Latina são os com maior risco de serem economicamente afetados (DUARTE, 2018).

6.4 CONCLUSÃO PARCIAL

A atual conjuntura mundial é caracterizada pela imprevisibilidade, onde as relações internacionais ficarão centradas nos principais atores do sistema, ou seja, EUA e China. Nesse sentido, o Brasil como país protagonista no subcontinente latino-americano, sofrerá impactos diante dos antagonismos entre esses *players*.

No campo político, o atual alinhamento entre os governos brasileiro e norte-americano, poderá contribuir para a projeção brasileira no cenário internacional, materializado pela condição de aliado militar preferencial do país fora da OTAN. Em contrapartida, as crises políticas existentes na América do Sul, como no caso da Venezuela, podem servir de pretextos para que, potências como Rússia, EUA e China, passem a aumentar sua influência no subcontinente, onde o Brasil exerce o o papel de ator principal, tendo em vista a busca constante por recursos naturais, em especial a água doce e minérios como urânio e nióbio. Dessa forma, haverá a necessidade de que o Estado Brasileiro fortaleça sua soberania na região, por meio da potencialização das Forças Armadas, mantendo suas fronteiras seguras.

Em relação a expressão econômica, o Brasil é palco de um ambiente dicotômico, pois mantém uma postura política de posicionamento junto aos EUA e tem como principal parceiro comercial a China. A atual “guerra” envolvendo as duas

maiores economias mundiais acarretará em um cenário de incertezas para o país sul-americano, tendo em vista o mesmo ser altamente dependente da exportação de commodities como a soja, carne bovina e aço, ficando suscetível as oscilações do mercado externo. Dessa forma, com essa instabilidade, os investimentos no país poderão diminuir, ao passo que a elevação dos juros e do dólar, ocasionará uma desaceleração da economia, impactando negativamente no desenvolvimento nacional.

7. CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivos estudar os principais antagonismos políticos e econômicos na região Ásia-pacífico, bem como levantar os reflexos dos mesmos para o Brasil.

Diante da Nova Ordem Mundial, caracterizada por um sistema multipolar, o tabuleiro geopolítico, que anteriormente estava centrado no ocidente, foi roçado para a região do Pacífico, tendo em vista a existência de grandes potências políticas e econômicas como EUA, China, Japão e Rússia, que possuem objetivos geopolíticos e geoestratégicos distintos.

A Ásia do Pacífico se encontra em uma estrutura bipolar cuja estabilidade se verifica na inexistência de um poder capaz de desafiá-la. O Japão e a Rússia podem representar polos de poder, mas dadas as suas condições geopolíticas, não podem superar a bipolaridade do novo cenário. A China, no entanto, pode ser considerada atualmente a única potência regional, ainda que incompleta devido à falta da ilha de Taiwan na unidade territorial. Entrementes, os Estados Unidos, que não é um *hegemon* regional no Leste Asiático, mas compartilha o status de grande potência com a China, formam com este último, a partir daí, uma relação de equilíbrio de poder. Isto significa que agora, no século XXI, há uma estrutura bipolar regional onde a China veste-se na posição de dominante do continente asiático e os Estados Unidos, na posição de dominante do Leste Asiático marítimo (BORGES, 2014).

Durante o estudo, verificou-se os principais focos de tensão nessa região como a reconquista da soberania de Taiwan, as relações entre as Coreias do Norte e do Sul, o programa nuclear norte-coreano e as questões territoriais sobre os mares do sul e oriental da China. Em todos esses impasses, percebe-se interesses sino e norte-americanos, na busca por áreas de influência, levando ao rearmamento de alguns países como a China e Japão.

Os Estados Unidos e a China são, à vista disso, as duas grandes potências da Ásia do Pacífico e ambos os países possivelmente se engajarão em uma clássica rivalidade envolvendo a manutenção da influência e da segurança em uma estrutura bipolar que, diferentemente do sistema bipolar da Guerra Fria, será, relativamente estável e pacífica, justificada, daí, pelas características geográficas das mesmas que as inclinam ao equilíbrio e à ordem regional. Isto, no entanto, não significa a inexistência de conflitos; pelo contrário, um sistema bipolar, assim como um sistema em transição à outra ordem internacional, tende a encaminhar a bipolaridade à prática de guerras localizadas, corridas armamentistas e conflitos provocados entre terceiros participantes (BORGES, 2014).

Sob este enfoque, o presente trabalho dedicou uma parte referente as rivalidades políticas e econômicas no cenário mundial. Neste escopo, destaca-se novamente a Questão sobre Taiwan, as divergências políticas nas resoluções junto ao CSNU, o aumento por áreas de influência e domínio das rotas de navegação, onde o país asiático busca a expansão e os EUA a contenção.

No Pacífico, a superpotência estadunidense em conjunto com a China, tem dois principais objetivos: o primeiro deles é manter uma presença estratégica nas questões regionais na intenção de evitar por meios militares qualquer tentativa de dominação por parte de alguma potência local. Para concretizá-lo, os Estados Unidos precisam do apoio dos Estados da região que se apresentam como temerosos para com a ascensão da potência regional e ofereçam as instalações necessárias às forças norte-americanas para que estas adiantem a presença. Pelo fato de os Estados Unidos serem uma potência marítima extrarregional, a cooperação com uma potência marítima de menor escala na Ásia é importante à medida que suas capacidades se complementem e a última possa dispor aos Estados Unidos de instalações navais seguras e desenvolvidas. Além disso, considerando a miríade de ilhas que contornam o continente asiático, o acesso às mesmas possibilitaria à potência ocidental efetivas operações navais através do perímetro continental. Levando em conta o peso econômico norte-americano, já podemos observar desde décadas atrás a conservação de alianças estratégicas promovidas pelos Estados Unidos nos Estados litorais. Com todas essas instalações à disposição no Sudeste Asiático, no Japão e na Coreia do Sul, o *hegemon* pode levar adiante uma política de *naval encirclement* contra a China. O segundo objetivo principal consiste em assegurar o acesso aos recursos para si e para seus aliados na região, principalmente aqueles estratégicos

que, como o petróleo, necessitam de um constante e crescente fluxo tanto em tempos de paz quanto em tempos de guerra. Compreendendo que o mesmo não busca imperativos estratégicos no continente nem compete por influência em terra, percebe-se que Washington visa a manter as rotas de comunicação intactas e seguras, bloqueando o fluxo para o continente quando julgar conveniente aos seus interesses em um conflito com sua maior rival no Leste Asiático. Enquanto tal atitude não seja questionada por uma China com recursos e confiança suficientes – já que a própria planeja tornar os mares próximos territórios chineses, os Estados Unidos mantêm a estabilidade bipolar assegurando a Pequim que não interferirá na esfera de influência continental chinesa (BORGES, 2014).

No tocante as rivalidades econômicas, a atual guerra comercial entre as duas maiores potências, materializadas pela sobretaxa para importação de produtos como aço e manufaturados, caracteriza a tentativa norte-americana de conter o crescimento chinês que, com suas estratégias como a Nova Rota da Seda e o Plano *Made in China 2025*, busca a hegemonia econômica mundial. Dessa forma essa crise comercial causará impactos negativos em todo o globo, tendo em vista a interdependência financeira entre os países, decorrente do processo de globalização, podendo levar a grandes crises internacionais.

A consequência mais temida da disputa entre EUA e China é uma desaceleração econômica a nível mundial - ou seja uma redução do consumo em vários mercados e do comércio entre países, a ponto de afetar o crescimento econômico em escala global no médio prazo (PASSARINHO, 2019).

Finalmente, o Brasil, maior país do subcontinente sul-americano, detentor de uma liderança político-econômica regional e de vasta quantidade de recursos naturais, o que o faz um grande exportador de produtos primários, poderá sofrer impactos, decorrentes dessas rivalidades estudadas no presente trabalho.

As tensões fronteiriças em zonas marítimas no entorno da China podem escalonar para confrontos diretos entre países da região ou de fora dela. Isso soa como alerta para o Brasil em seus processos de revisão e atualização dos documentos condicionantes da defesa nacional, na medida em que o país considera baixa a probabilidade de ocorrência desse tipo de conflito, o que pode gerar uma situação de despreparo para o desenvolvimento ou aquisição de capacidades militares.

Nesse escopo, uma consequência será o rearmamento e potencialização de forças militares no Pacífico, fazendo com que ocorra uma busca por recursos minerais

como urânio e nióbio, onde o Brasil possui imensas reservas. Dessa forma, o governo brasileiro deverá adotar medidas para que sua soberania seja mantida e que o *status quo* de líder regional sul-americano seja preservado. De forma distinta, a atual aproximação com os EUA poderá contribuir para a projeção do país no cenário geopolítico mundial, pelo fato do mesmo ter sido elevado à categoria de aliado militar preferencial extra OTAN.

No tocante ao aspecto econômico, tanto os focos de tensão como a guerra comercial provocará uma instabilidade na economia mundial, caracterizada pela elevação do preço do petróleo e do dólar, o aumento da inflação, a cobrança de tarifas excessivas para produtos primários e manufaturados, a diminuição dos investimentos, afetando diretamente o crescimento de países emergentes como o Brasil, pois o mesmo depende da exportação de commodities como aço, soja e carne. Por outro lado, o país poderá se beneficiar, pois fará com que a China e os EUA, especificamente, busquem outros mercados, fazendo do Brasil um parceiro comercial preferencial.

Portanto, as rivalidades políticas e econômicas entre os países da região Ásia-pacífico caracteriza a conjuntura mundial como volátil, incerta, complexa e ambígua, onde o mesmo poderá se configurar em um cenário bipolar, tendo EUA e China como protagonistas em um conflito político-econômico silencioso, provocando instabilidade no sistema internacional. Dessa forma o Brasil, como principal ator estatal latino-americano, deverá se adaptar a uma possível transformação desse cenário, buscando sempre a integração regional, mantendo sua soberania e sendo uma nação forte.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Giselle. **Equilíbrio de poder no sistema internacional: entre alianças e traições**. Disponível em: <<https://www.megajuridico.com/equilibrio-de-poder-no-sistema-internacional-entre-aliancas-e-traicoes/>>. Acesso em: 26 mar 2019.
- BARBOSA, Sérgio L. **A América do Sul e a Nova Geopolítica** - Estado de Minas. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/educacao/enem/2015/06/01/noticia-especial-enem,653565/a-america-do-sul-e-a-nova-geopolitica.shtml>. Acesso em: 10 set 2019.
- BERTONHA, João Fábio. **China e Estados Unidos: rivalidades geopolíticas e a questão militar**. Disponível em: <<https://www.ibri-rbpi.org/?p=12175>>. Acesso em: 18 jun 2019.
- BECKMAN, Robert. **The UN Convention on the Law of the Sea and the Maritime Disputes in the South China Sea**. American Journal of International Law, Washington DC, vol. 107, n.1, p. 142-163, jan. 2013.
- BEZERRA, Juliana. **Economia no Brasil: atual e história**, Toda Matéria. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/economia-no-brasil/>>. Acesso em: 16 set 2019.
- BORGES, Renato Thomaz. **A Doutrina Menezes : uma introdução à Geopolítica da Ásia do Pacífico para uma urgente reflexão em benefício da política externa brasileira no século XXI**. v. 20, p. 455–481, 2014.
- BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN)**. Ministério da Defesa, p. 370, 2012. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>>.
- BUZAN, Barry. **A World Order Without Superpowers: Decentred Globalism. International Relations**. Vol. 25, n. 3, 2011.
- CARVALHO, Cecília; CATERMOL, Fabrício. **As Relações Econômicas entre China e EUA : Resgate Histórico e Implicações**. BNDES, p. 215–252, Jun 2009.
- CARVALHO, Patricia Nasser De; GONÇALVES, Fernanda Cristina Nanci Izidro. **O Brasil como potência regional: uma análise de sua liderança na América do Sul no início do século XXI**. Carta Internacional, v. 11, n. 3, p. 222, 2017.
- CHELLANEY, Brahma. **A ascensão da Ásia e seu impacto global**. 1. ed. [S.l.]: Editora Acatu, 2006.
- CIRNE, Julia Lima Weston. **A questão do mar do sul da china: uma análise sob a ótica da convenção das nações unidas sobre o direito dos mares de 1982**. [S.l.: s.n.], 2017. Disponível em: <<http://academic.eb.com/levels/collegiate/article/108649>>. Acesso em: 14 jun 2019.

Conselho de Segurança da ONU rejeita proposta russa de condenação a ataque, EXAME. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/conselho-de-seguranca-da-onu-rejeita-proposta-russa-de-condenacao-a-ataque/>>. Acesso em: 30 jul 2019.

CORDEIRO, Tiago. **A longa história por trás da guerra comercial entre Estados Unidos e China,** Guia do Estudante. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/a-longa-historia-por-tras-da-guerra-comercial-entre-estados-unidos-e-china/>>. Acesso em: 25 jul 2019.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Passagem de navios da Marinha dos EUA pelo Estreito de Taiwan revolta China, Defesanet. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/pac/noticia/32185/Passagem-de-navios-da-Marinha-dos-EUA-pelo-Estreito-de-Taiwan-revolta-China/>>. Acesso em: 30 jul 2019.

DORNELLES JR., Arthur Coelho. **A questão de Taiwan: suas implicações políticas e militares para as relações entre Estados Unidos – Taiwan – China (1991-2004).** Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10768/000598795.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 27 nov 2008.

DUARTE, Luiza. **Como a guerra comercial entre EUA e China pode afetar o Brasil.** BBC News Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44745494>>. Acesso em: 16 set 2019.

Corte de Haia aceita analisar disputa marítima no Mar da China Meridional, DW. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/corte-de-haia-aceita-analisar-disputa-maritima-no-mar-da-china-meridional/a-18815956>>. Acesso em: 14 jun 2019.

Estados Unidos designam Brasil como aliado extra-Otan, Agência Brasil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-08/estados-unidos-designam-oficialmente-brasil-como-aliado-extra-otan>>. Acesso em: 12 set 2019.

FREUND, Alexander. **Reaproximação entre duas Coreias é lenta e incerta | Notícias internacionais e análises,** DW, 16.12.2018. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/reaproximação-entre-duas-coreias-é-lenta-e-incerta/a-46742305>>. Acesso em: 11 jun 2019.

FLEMES, Daniel (org). **Regional Leadership in the Global System: Ideas, Interests and Strategies of Regional Powers.** Farnham: Ed. Ashgate, 2010.

FLEMES, Daniel. **La política exterior colombiana desde la perspectiva del realismo neoclássico.** In: JOST, Stefan. Colombia: ¿una potencia en desarrollo? Escenarios y desafíos para su política exterior. Fundação Konrad Adenauer Colômbia: Opciones Gráficas Editores, 2012.

GODEHARDT, Nadine; NABERS. **Regional Powers and Regional Orders**. Londres: Routledge, 2011.

CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. **A Rivalidade Estratégica entre Estados Unidos e China**. p. 1–16, Mar 2018.

Japão quer orçamento militar recorde para 2019, Veja. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/japao-quer-orcamento-militar-recorde-para-2019/>>. Acesso em: 16 jun 2019.

JÚNIOR, Augusto W. M. Teixeira. **A Reconfiguração do Tabuleiro Internacional e suas Implicações Geoestratégicas para o Brasil**. Centro de Estudos Estratégicos do Exército, v. 5, p. 24, 2018. Disponível em: <<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEEEExArE/article/view/2096/1701>>. Acesso em: 12 set 2019.

KER, João; CALMON, Elisa; CARVALHO, Ana Luiza De. **5 pontos para entender a guerra comercial entre EUA e China** - Economia - Estadão. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,5-pontos-para-entender-a-guerra-comercial-entre-eua-e-china,70002887026>>. Acesso em: 9 set 2019.

KAPLAN, Robert D. **Asia's Cauldron: The South China Sea and the end of a stable pacific**. 1 ed. Nova York: Random House, 2014

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2015.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Editora Objetiva, 2011 ISBN: 853900299x, p. 127.

LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; PINTO, Eduardo Costa; ACIOLY, Luciana. **A China na nova configuração global : impactos políticos e econômicos**. Brasília: IPEA, 2011. LIMA, Lioman. O plano naval da China para superar os EUA e controlar o Pacífico até 2030 - BBC News Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44320969>>. Acesso em: 30 jul 2019.

LIMA, Wendell Teles. **A Constituição da Geopolítica na Bacia do Pacífico Sul**. p. 31–43, 201-?.

LIY, Macarena Vidal. **China ameaça EUA com represálias por sanções à compra de armas russas**. Internacional - EL PAÍS Brasil. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/21/internacional/1537498929_057155.html>. Acesso em: 16 jun 2019.

MARTIN, Nik. **Como projeto Made in China 2025 de supremacia tecnológica ameaça os EUA** - 04/07/2018 - UOL Tecnologia. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/tecnologia/noticias/redacao/2018/07/04/como-projeto-made-in-china-2025-de-supremacia-tecnologica-ameaca-os-eua.htm>>. Acesso em: 1 ago 2019.

MARTINELLI, Caio Barbosa. **O Jogo Tridimensional: o Hard Power, o Soft Power e a Interdependência**. Conjuntura Global, v. 5, p. 65–80, 2016. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/conjunturaglobal/files/2016/06/5-Caio-Barbosa-Martinelli.pdf>>.

MEDEIROS, Jorge Henrique Araujo. **China e Japão em disputas pelas ilhas Senkaku/Diaoyu, conflito inerente ou solução diplomática negociada?** Conjuntura Global. [S.l: s.n.], 2015. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/conjunturaglobal/files/2016/02/11-China-e-Japão-em-disputas-pelas-ilhas-Senkaku-Diaoyu-conflito-inerente-ou-solução-diplomática-negociada.pdf>>. Acesso em: 15 jun 2019.

MORTON, Katherine. **China's Ambition in the South China Sea: is a legitimatemaritime order possible?**. International Affairs, Oxford, vol. 92, n. 4, p. 909-940, jul.2016.Disponível em: <<http://onlinelibrarywiley.ez94.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1111/1468-2346.12658/full>>. Acesso em 5 abr. 2017

NOLTE, Detlef. **Regional Powers and regional governance**. In: GODEHARDT, Nadine; NABERS, Dirk. Regional Powers and Regional Orders. Londres: Routledge, 2011.

NYE, Joseph. **Paradoxo do Poder Americano**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

NYE, Joseph, **The future of Power**. Nova Iorque: PublicAffairs, 2011.

OLIVEIRA, Henrique. **O Processo de Reconciliação Coreana e a Questão Nuclear**, 201-?. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/264843159>>. Acesso em: 11 jun 2019. Overview of Japan ' s Defense Policy. Security Dialogue, n. May, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção das Nações Unidas sobre o Direito dos Mares (1982)**. United Nations Convention on the Law of the Seas. Montego Bay: United Nations, 1982. Disponível em: <http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf>

PADULA, Raphael; FIORI, José Luis. **Brasil: geopolítica e abertura para o pacífico**; Revista de Economia Política, v. 3, p. 21, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v36n3/1809-4538-rep-36-03-00536.pdf>>. Acesso em: 12 set 2019.

PASSARINHO, Nathalia. **Guerra comercial EUA x China: como disputa pode atingir em cheio o Brasil** - BBC News Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-48354991>>. Acesso em: 18 set 2019.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução as Relações Internacionais: temas, atores e visões**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Nova Ordem Mundial**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/nova-ordem-mundial.htm>>. Acesso em: 18 mar 2019.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Crise financeira do capitalismo. A crise financeira de 2008**. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/crise-financeira-capitalismo.htm>>. Acesso em: 1 ago 2019.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Geopolítica das Coreias. Disputas geopolíticas das Coreias**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/geopolitica-das-coreias.htm>>. Acesso em: 11 jun 2019.

PEREIRA, Rui Pedro Reis. **A Questão do Mar do Sul da China no Contexto das Relações entre a China e os Países ASEAN**, 2004. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1350/1/NeD109_RuiPedroReisPereira.pdf>. Acesso em: 14 jun 2019.

PINTO, Danielle Jacon Ayres. Smart Power: **Os pilares deste poder na política externa brasileira**. p. 18, 2011. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/enabri/n3v1/a61.pdf>>.

Por que oito ilhotas opõem China e Japão, VEJA. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/por-que-oito-ilhotas-opoem-china-e-japao/>>. Acesso em: 15 jun 2019.

REIS, Tiago. **O que é o Acordo de Associação Transpacífico (TPP)?** Disponível em: <<https://www.sunoresearch.com.br/artigos/transpacifico/>>. Acesso em: 1 ago 2019.

Rússia, China e Coreia do Norte pedem à ONU revisão de sanções a Pyongyang, EXAME. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/russia-china-e-coreia-do-norte-pedem-a-onu-revisao-de-sancoes-a-pyongyang/>>. Acesso em: 30 jul 2019.

ROSS, Robert S. **The Geography of Peace: East Asia in the Twenty-first Century**. International Security, Cambridge, v. 23, n. 4, p. 81-118, Spring 1999.

Rússia e China vetam projeto de resolução dos EUA sobre Venezuela na ONU, EXAME. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/russia-e-china-vetam-projeto-de-resolucao-dos-eua-sobre-venezuela-na-onu/>>. Acesso em: 30 jul 2019.

SANTANA, Ana Lucia. Guerra da Coreia - InfoEscola. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/guerra-da-coreia/>>. Acesso em: 11 jun 2019.

SANTORO, Maurício. **A Geopolítica do Mar do Sul da China**, Medium. Disponível em: <<https://medium.com/@mauriciosantoro1978/a-geopolitica-do-mar-do-sul-da-china-10b20c70e750>>. Acesso em: 14 jun 2019.

Venda de armas dos EUA a Taiwan aumenta tensão com a China, EXAME. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/venda-de-armas-dos-eua-a-taiwan-aumenta-tensao-com-a-china/>>. Acesso em: 30 jul 2019.

WALTZ, Kenneth. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

WALT, Stephen M. **Alliance Formation and the Balance of World Power**. In: BROWN, Michael E., LYNN-JONES, Sean M. & MILLER, Steven E. (Orgs.) *The Perils of Anarchy – Contemporary Realism and International Realism*, Cambridge: MIT Press, 1995. Pp. 208-248.

WEHNER, Leslie. **Roles and Actions of leadership: Brazil and the South American others**. In: GODEHARDT, Nadine; NABERS, Dirk. *Regional Powers and Regional Orders*. Londres: Routledge, 2011.

WITGEN, Guilherme. **A crescente tensão no Mar da China Meridional – Defesa Aérea Naval**. Disponível em: <<https://www.defesaaereanaval.com.br/naval/a-crescente-tensao-no-mar-da-china-meridional>>. Acesso em: 14 jun 2019.